

EDITAL DE SELEÇÃO 001/2026

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPEd/UERJ) DOUTORADO ACADÊMICO – TURMA 2027/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período 15 de junho de 2026 às 23h59 do dia 15 de julho de 2026, estarão abertas as inscrições para a seleção de candidatas/as ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) Curso de Doutorado, para turmas com início em 2027/1º semestre no formato presencial. O presente edital atende o cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Candidatas/os que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário constante no item VII.2 deste edital. O presente edital também atende candidaturas de servidores da UERJ que façam opção pelo Programa de Qualificação Institucional para servidores da UERJ (PQISUERJ), em conformidade com a DELIBERAÇÃO Nº 26/2025 - CSEPE-UERJ).

I - VAGAS E CANDIDATAS/OS

- i)** Serão oferecidas **57 vagas** para o curso de Doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Serão oferecidas mais 2 vagas supranumerárias destinadas à servidoras/es que optarem pela seleção no âmbito do Programa de Qualificação Institucional para servidores da UERJ (PQISUERJ). As pessoas candidatas pelo PQISUERJ serão submetidas as mesmas regras dos processos seletivos ordinários do ProPEd, de acordo com a DELIBERAÇÃO 4/2025 -ProPEd-UERJ, disponível em <https://www.proped.pro.br/pro>.
- ii)** Pessoas portadoras do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim.
- iii)** Das 57 vagas, **17** (30% do total) serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, distribuídas em três diferentes estratos, a saber: **07 vagas** para estudantes graduados negros e indígenas, **07 vagas** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha

recebido financiamento público, e **03 vagas** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

- iv) As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão especificadas no ANEXO I deste edital.
- v) Em atendimento a OS UERJ/SUPEERG N.º 001 de 13/03/2026, as(os) candidatas(os) que apresentarem o documento de autodeclaração étnico-racial, validado em processos seletivos anteriores e realizado pela COOVAL, ingressantes como estudantes da UERJ, poderão apresentar tal documentação, ficando isentas(os) de se submeter novamente a validação em processos posteriores pela COMISPVA.

I.5.a. A apresentação do documento de autodeclaração supracitado, não isenta a/o candidata/o de se submeter à análise socioeconômica devendo encaminhar a documentação referentes a esse processo específico, conforme consta no ANEXO I e na data especificada no calendário de cotas (Item VII.2).

- vi) Todas as pessoas candidatas serão submetidas a processo seletivo único.
- vii) O preenchimento do total das 57 vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatas/os aprovados em número suficiente para tanto.
- viii) As 02 vagas supranumerárias serão destinadas as/os servidoras/es concorrendo no âmbito do PSQUI, (DELIBERAÇÃO 26/2025 -CSEPE/UERJ), que obtiverem mais nota dentre aquelas pessoas concorrendo pelo Programa. As pessoas aprovadas serão encaminhadas aos projetos por elas escolhido, podendo haver remanejamento caso a comissão julgue pertinente e necessário para atender à Deliberação 04/2025 do ProPEd. Os projetos que poderão receber vaga supranumerária estão listados no ANEXO III.
- ix) Na hipótese de constatação de declaração falsa na inscrição amparada pelo regime de cotas, a pessoa candidata será eliminada do processo seletivo e, se houver sido aprovada, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente, conforme consta do ANEXO I deste edital.
- x) A comissão de seleção reserva-se o direito de: A comissão de seleção reserva-se o direito de:

a) Proceder ao remanejamento entre orientadores/linhas de pesquisa/ áreas de concentração de candidata/o aprovada na seleção.

b) Não havendo inscrições para o total ou parte das **17** vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos extratos, elas serão remanejadas para a demanda geral.

I.12 A disponibilidade de vagas, por projetos de orientadoras/es, encontra-se no ANEXO III deste edital. Pessoas candidatas pelo PSQUI devem observar quais as/as orientadoras/es que poderão receber candidatos das 2 vagas supranumerárias.

I.13 A lista dos projetos de professoras/es com a disponibilidade de vaga para orientação de doutorado encontra-se no ANEXO IV deste edital. Pessoas candidatas pelo PSQUI devem escolher projetos cujas as/as orientadoras/es que poderão receber candidatos das 2 vagas supranumerárias (ANEXO III).

II – DA REALIZAÇÃO

II.1 Em cumprimento às Leis Estaduais 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para as pessoas candidatas comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuídas pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

OBS.: AS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS GRUPOS DE COTAS ESTÃO ESPECIFICADAS DO ANEXO I DESSE EDITAL.

III – INSCRIÇÕES

III.1- Período e processo das inscrições:

- a) As inscrições, para todas as pessoas candidatas, inclusive aquelas que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas pela Internet, entre 15 de junho de 2026 às 23h59 do dia

15 de julho de 2026 no endereço www.proped.pro.br/qselecao

b) Dúvidas, esclarecimentos ou informações deverão ser enviadas para o e-mail da comissão [comissão_doutorado@proped.pro.br](mailto:comissao_doutorado@proped.pro.br) (clique aqui)

b.1 As/os candidatas/os terão acesso ao formulário de inscrição, clicando em “Inscrições Doutorado”. Em seguida, deverão observar as instruções subsequentes. Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), a/o candidata/o visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Todo o processo de inscrição é feito no site do ProPEd, apenas a geração do boleto se faz no site do CEPUERJ.

c) Pessoas que pleitam vaga supranumerária do PSQUI devem assinalar essa opção no formulário e inserir cópia do contracheque atualizado no link indicado.

d) Pessoas que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas se candidatam, em conformidade com o disposto no item I deste edital.

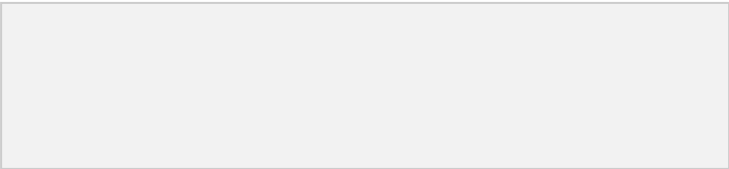
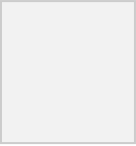
d.1. A pessoa candidata ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição e na ficha de inscrição, aba *uploads*, inserir como documento o boleto emitido pelo Cepuerj sem comprovante de pagamento.

d.2. A pessoa candidata que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-la para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br), conforme data fixada no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo Sistema de Cotas.

d.3. A pessoa candidata que não obtiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (cotas_doutorado@proped.pro.br) no prazo estabelecido no item VII.2.f, deste edital. O NÃO PAGAMENTO IMPLICARÁ NA SUA ELIMINAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.

e) Os candidatos deverão efetuar o envio de **todos os documentos** listados no item III.2, escaneados em formato PDF, em arquivo único, **por tipo de documento**, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*).

OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS PRECISAM ESTAR LEGÍVEIS, EM CASO CONTRÁRIO A INSCRIÇÃO NÃO SERÁ HOMOLOGADA.



e.1 A documentação relativa às cotas deve ser enviada em arquivos separados, **NA DATA ESPECIFICADA NO CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS.**

f) Os arquivos devem ser nomeados conforme a natureza de cada um deles. A comissão de análise de cotas da UERJ não aceitará arquivo único e o processo será devolvido como erro de montagem processual. Vide Anexo I.

g) A pessoa candidata deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou Francês em que fará a prova de proficiência. Aquelas/es candidatas/os que não apresentem a comprovação de aptidão em Língua Estrangeira, **deverão informar as duas Línguas Estrangeiras escolhidas.**

g.1. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.

g.2. Poderá ser solicitada isenção de uma ou das duas Línguas Estrangeiras desde que a faça no formulário de inscrição, COM UPLOAD DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA LEGÍVEL. Poderão ser aceitos para fins comprobatórios: certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas). As pessoas candidatas aprovadas na prova de proficiência em exame de Mestrado podem apresentar histórico do mestrado se nele constar a aprovação no exame de proficiência, ou declaração emitida pelo Programa em que foi aprovada no exame de proficiência no Mestrado. A isenção não é automática.

h) No ato da inscrição, A pessoa candidata deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme Anexo II deste edital.

i) Pessoas com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista, deverão informar no ato da inscrição o tipo de adequação, acessibilidade ou adaptação que necessitará para realizar a prova.

j) Servidor/as da UERJ, concorrendo no âmbito do PQISUERJ estão isentos do pagamento da taxa de inscrição mas deverão inserir o contracheque atualizado para comprovar seu vínculo.

III.2 - Documentação exigida:

III.2.1 Todos os documentos listados devem ser escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, e enviados através de links específicos disponíveis na área de inscrições *on-line* (ficha de inscrição, aba *uploads*). **Não serão aceitas pendências ou**

justificativas de qualquer natureza para a falta de algum dos documentos abaixo. Não serão aceitos documentos de qualquer natureza após o prazo de inscrição. A falta de qualquer documento implicará na NÃO HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO.

Documentos:

a) Projeto de tese indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular (no máximo 20 páginas, incluindo elementos pré-textuais e referências. Formatação: margens 3 cm, espaçamento 1,5, fonte Times New Roman, corpo 12). **NÃO SERÀ FORNECIDO MODELO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO, MAS A/O CANDIDATA/O PRECISA ESTAR ATENTO QUE SE TRATA DE UM PROJETO ACADÊMICO.**

a.1. Pessoas candidatas pelo Programa PSQUI_UERJ devem observar se o projeto está oferecendo vagas no âmbito do Programa. Observe o Anexo III

b) Currículo no formato Lattes com a produção registrada entre os anos de 2022 a 2026. Em caso de maternidade ou adoção, a certidão deverá ser incluída como primeira página dos documentos comprobatórios e nesse caso será contabilizada a produção entre 2020 e 2026.

c) Documentos comprobatórios do Currículo Lattes (em um único arquivo organizado a partir dos blocos a seguir: 1. Produção acadêmica, 2. Produção técnica e experiência em pesquisa, 3. Experiência profissional).

d) Memorial Acadêmico (no máximo 15 páginas, incluindo elementos pré-textuais e referências. Formatação: margens 3 cm, espaçamento 1,5, fonte Times New Roman, corpo 12).

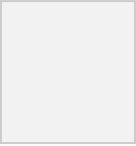
e) **Frente e verso** do diploma de graduação (em um único arquivo).

f) **Frente e verso** do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora (em um único arquivo).

g) Histórico escolar de conclusão do Mestrado assinado por autoridades da instituição emissora.

g.1) Os demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet, **com certificação digital, passível de ser verificada**, serão aceitos.

h) A pessoa candidata que não esteja de posse do diploma de Mestrado poderá apresentar declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado. Se aprovada, a pessoa candidata deverá apresentar o diploma de Mestrado



estando ciente que a apresentação é condição para a emissão do diploma de Doutorado.

i) Candidatas/os brasileiras/os devem apresentar carteira de identidade ou carteira de habilitação. No caso de candidatas/os estrangeiras/os, devem apresentar passaporte válido.

j) Candidatas/os brasileiras/os devem apresentar CPF, caso a informação não conste na carteira de identidade ou na carteira de habilitação.

k) foto 3x4

l) Documento comprobatório para isenção de Língua Estrangeira, (**certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas), histórico do Mestrado em que conste a aprovação no exame de proficiência, ou declaração de aprovação em proficiência em exame de Mestrado**, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de Mestrado.

m) comprovante de pagamento de inscrição.

m.1) As pessoas candidatas inscritos por cota devem anexar apenas o boleto emitido pelo CEPUERJ sem comprovação de pagamento.

m.2) As pessoas candidatas pelo PSQUI devem inserir cópia do contracheque atualizado para ter direito a isenção.

n) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, A pessoa candidata deverá atender às instruções específicas do ANEXO III - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. As/os

candidatas/os devem estar atentos aos prazos estabelecidos no item VII, 7.2, deste edital.

DÚVIDAS, ESCLARECIMENTOS OU INFORMAÇÕES ADICIONAIS DEVERÃO SER ENVIADAS PARA O E-MAIL DA COMISSÃO: comissão_doutorado@proped.pro.br

III- 3. Candidatas/os com diplomas emitidos por instituições de ensino superior no exterior:

a) **Todas/os as/os candidatas/os** com diploma de graduação e/ou mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título e o histórico escolar, ambos reconhecidos por instituição brasileira credenciada para este fim ou, em caso de países signatários da Convenção da Haia, apostilados com a apostila de Haia. O diploma e o Histórico Escolar devem possuir tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.

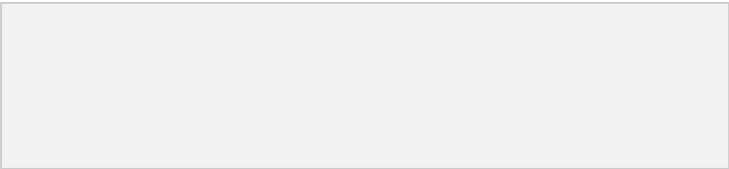
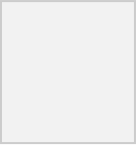
III- 4. Resultado da Inscrição:

- a) A inscrição das/os candidatas/os no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) só será confirmada após verificação da documentação apresentada.
- b) O resultado da homologação da inscrição será divulgado no dia 07 de agosto de 2026, a partir das 16h, por meio do site www.proped.pro.br/selecao/, aba “Resultados”, em uma listagem constando número da inscrição e a menção “**inscrição homologada**” ou “**inscrição não homologada**”.
- c) As/os candidatas/os que não anexarem toda a documentação exigida no item **III.2** (e **III.3**, no caso de documentos de emitidos no exterior) não terão a inscrição homologada e serão eliminados do processo seletivo.
- d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.
- e) A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória da/o candidata/o que concorrer à vaga de cotista, de acordo com a Lei 6.914/2014, será feita de acordo com o cronograma de exame de seleção (Item VII.2)

IV- DO PROCESSO SELETIVO:

IV.1 O processo seletivo será constituído das **seguintes etapas obrigatórias:**

- a) **Análise do Projeto de Tese** pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador indicado pela/o candidata/o (**caráter eliminatório**).
 - a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa do orientador e da Linha de pesquisa para a qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação teórico-metodológica. (Consultar os projetos dos orientadores no ANEXO II)
- b) **Arguição oral (caráter eliminatório):** A arguição será feita remotamente por link a ser enviado as pessoas aprovados na etapa de análise do projeto de tese pela Comissão de Seleção do Doutorado; em caso de queda de rede de internet no dia agendado para a defesa será possível a remarcação para outra data acordada entre a banca de seleção e a pessoa candidata. **TODAS AS DEFESAS SERÃO GRAVADAS** e arquivadas pelo ProPEd.
 - b.1) O acesso ao link só poderá ser feito no horário previamente marcado.



b.2). A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.1.

b.3) A pessoa candidata com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição. Para isso, deverá ser enviado um e-mail à comissão de doutorado solicitando a presença de um intérprete. Essa solicitação deve ser feita em até 48h após a divulgação das datas das arguições.

c) Avaliação do Memorial e do Currículo Lattes (caráter classificatório), com toda a documentação comprobatória. Realizada apenas aos currículos das pessoas aprovadas nas etapas anteriores do processo de seleção. **Nesta etapa as pessoas serão avaliados como aptos ou não aptos.**

c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes, acompanhadas de documentação comprobatória referente ao período entre 2022 e 2026.

c.1.1) Em caso de maternidade e adoção nesse período serão consideradas as informações contidas no Currículo Lattes, acompanhadas de documentação comprobatória referente ao período entre 2020 e 2026.

c.2) A avaliação do Memorial e do Currículo Lattes levará em consideração a produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área da Educação.

d) Prova de proficiência em línguas estrangeiras: Inglês, Espanhol e Francês.

d.1. **A prova de Língua Estrangeira será realizada por todos as pessoas aprovadas nas etapas de avaliação do Projeto de Tese e de arguição oral do projeto de Tese.**

e) **Poderá ser solicitada isenção de uma ou das duas Línguas Estrangeiras desde que feitas no formulário de inscrição, COM UPLOAD DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA LEGÍVEL. A isenção não é automática.**

e.1. **Para efeitos de comprovação serão aceitos certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas), histórico do Mestrado em que conste a aprovação no exame de proficiência, ou declaração de aprovação em proficiência em exame de Mestrado,** quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de Mestrado.

f) **A Prova Escrita de Língua Estrangeira (Francês, Espanhol ou Inglês).** A prova de Língua Estrangeira será realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) dia 10/11/2026 das 00h as 23h59. As orientações serão repassadas por email a todos os aprovados que deverão

realizar a prova mesmo se não tiverem sido classificados. **A não realização da prova na data informada implicará na eliminação da/o candidata/o do processo.**

f.1) Objetivo e Critérios

f.1.1. A prova de Língua Estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas Línguas Estrangeiras.

f.1.2. Será considerado aprovado na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, a pessoa candidata que obtiver em cada uma a menção **apto**.

f.1.3. A pessoa candidata que obtiver a menção **não apto** na(s) prova(s) de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização.

f.1.4. Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, a pessoa candidata o candidato será desligado do curso.

f.1.5. A pessoa candidata estrangeira que não obtiver a menção **apto** no segundo exame de proficiência em Língua Portuguesa será igualmente desligado do curso.

f.2) A pessoa candidata **que não realizar a prova será eliminado do processo**

g) A pessoa candidata estrangeira prestará adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto para os oriundos de países lusófonos.

g.1 A pessoa candidata estrangeira que comprovar, por meio da obtenção do Certificado de Excelência em Língua Portuguesa (CELP), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.

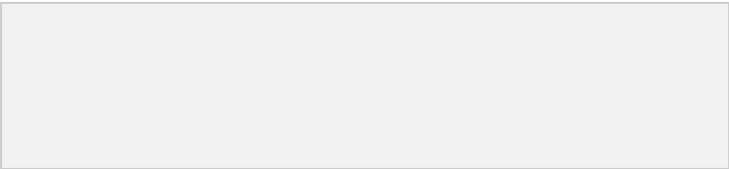
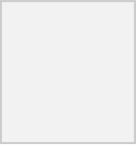
V CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS/OS CANDIDATAS/OS

V.1 Será considerado aprovada, para a continuidade do processo seletivo, A pessoa candidata que obtiver a menção apto na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de Tese, conforme item IV.1 alínea a;

V.2 Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na arguição oral do Projeto de Tese;

V.3 Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise do Memorial e do Currículo Lattes; V.4 A nota final da pessoa candidata será a média das notas obtidas na arguição oral (peso 6) e da avaliação do Memorial e do Currículo Lattes (peso 4).

V.5 Será considerado APROVADA/O a pessoa candidata que obtiver nota final igual ou superior a 7,0, podendo ser considerado CLASSIFICADA/O ou NÃO CLASSIFICADA/O conforme os critérios apresentados no item V.6.



V.6 As pessoas candidatas serão classificadas para ingresso no projeto do orientador indicado no ato de inscrição no processo de seleção, observadas as seguintes orientações gerais:

V.7 Para fins de preenchimento das duas vagas supranumerária (PSQUI) oferecida serão consideradas aprovadas as pessoas servidoras da UERJ, obtiverem a maior nota dentre as demais concorrentes pelo mesmo programa. As pessoas aprovadas serão encaminhadas para o projeto por elas escolhido, podendo haver remanejamento caso a comissão julgue pertinente para adequação as normas estabelecidas na DELIBERAÇÃO 04/2025 do ProPEd..

V.8 As pessoas candidatas aprovadas pelo sistema de cotas constarão em ordem decrescente de médias finais em uma lista própria que orientará sua distribuição no processo de classificação por projetos de orientadoras/es;

V.8.1 Para fins de classificação final, serão considerados pela reserva de vagas por cotas candidatas/os que, em lista própria, constarem entre o número de vagas disponíveis para esta destinação no processo de seleção;

V.8.2 As pessoas candidatas concorrentes ao sistema de cotas excedentes ao número de vagas disponíveis para esta destinação serão automaticamente remanejados para a listagem de candidatos da demanda geral;

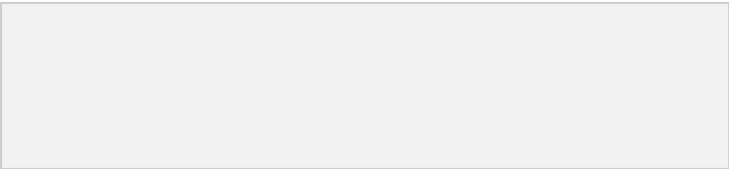
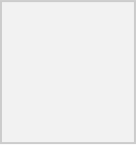
V.8.3 A classificação final das/os candidatas/os será feita em listas discriminadas por projeto de orientador/a, em ordem decrescente de média final, iniciando-se por aquelas/es concorrentes às vagas reservadas aos grupos de cotas oriundos de lista própria seguidos das pessoas candidatas da ampla concorrência;

V.8.3.a As duas vagas supranumerárias não entram na classificação explicitada no item anterior.

V.9 As vagas serão ocupadas pelas pessoas candidatas classificadas por projeto, respeitado o número de vagas que cada professor/a orientador/a foi autorizado a oferecer pelo Colegiado do ProPEd em atendimento a critérios fixados pela CAPES, conforme discriminado no Anexo II.

V.9. As pessoas servidoras candidatas pelo PSQUI devem observar se o projeto escolhido corresponde a um/a orientador/a com disponibilidade para ofertar vaga receber supranumerária. ANEXO III.

V.10 Em caso de aprovação superior ao número de vagas por projeto, a comissão de seleção reserva o direito de redistribuir as pessoas candidatas aprovados conforme adequação dos



projetos de pesquisa a projetos.

V.11 Em caso de empate entre pessoas candidatas, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:

V.11.1 Será dada prioridade de matrícula a pessoa candidata que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei Estadual nº.

8.469 de 15 de julho de 2019.

V.11.2 A pessoas mais idosa terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso.

V.11.3 Maior nota na avaliação oral (arguição) do Projeto de Tese.

V.11.4 Maior nota na análise do Currículo Lattes.

V.12 Caso não haja pessoas candidatas candidatos entre concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, pessoas aprovadas concorrentes a outros projetos de pesquisa poderão ser remanejados à critério da Comissão de Seleção de Doutorado, respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual, expressa anuência das partes envolvidas e aprovação do Colegiado do ProPEd.

VI MATRÍCULA

VI.1. As pessoas candidatas aprovadas e selecionadas terão direito à matrícula, em data a ser definida oportunamente e comunicada pelo ProPEd, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital.

VI.2. A matrícula será efetivada automaticamente para todas as pessoas ingressantes que tenham sido aprovadas no processo de seleção. Os documentos necessários para matrícula forma inseridos por upload no momento da inscrição.

VI.2.1. Para confirmar sua matrícula, a/o candidata/o estrangeira/o precisará enviar cópia do passaporte com visto de estudante para o email da secretaria do ProPEd: secretaria@proped.pro.br

VI.3. Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação exigida, poderão ser convocados outras pessoas aprovadas, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital.

VII CALENDÁRIO

VII.1 CALENDÁRIO GERAL**

a) Inscrições	15/06 às 23h59 do dia 15/07/2026
b) Resultado da homologação das inscrições	07/08/2026 a partir das 16h
c) Recurso inscrições ao Resultado da homologação das inscrições. Só serão aceitos recursos encaminhados pela página da pessoa candidata.	07/08 as 23h59 de 11/08/2026
d) Resposta ao recurso da homologação das inscrições	14/08/2026 a partir das 16h
e) Resultado da análise do projeto de Tese	11/09/2026 a partir das 16h
f) Recurso ao resultado da análise do projeto de Tese	11/09 as 23h59 de 15/09/2026
g) Resposta ao recurso do resultado da análise do projeto de Tese	17/09/2026 a partir das 16h
h) Divulgação das datas da arguição oral do projeto de Tese Link será enviado por email pela Comissão de seleção	17/09/2026 a partir das 16h
i) Período de Arguição oral do projeto de Tese	22/09 a 02/10 de 2026
j) Resultado da arguição oral do projeto de Tese	06/10/2026 a partir das 16h
k) Resultado da análise do Currículo e do Memorial	06/10//2026 a partir das 16h
l) Recurso ao resultado da arguição oral do projeto de Tese	06/10 as 23h59 de 08/10/2026
m) Recurso ao resultado da análise do Currículo e do Memorial	06/10 as 23h59 de 08/10/2026
n) Resultado do recurso ao resultado da arguição oral do projeto de Tese	09/10/2026 a partir das 16h
o) Resultado do recurso da análise do Currículo e do Memorial	09/10/2026 a partir das 16h
p) Envio do comprovante de pagamento das pessoas não aprovadas por cota (O não envio implicará em eliminação da pessoa)	
q) Exame de proficiência em Língua Estrangeira. A Prova será realizada de forma on line no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As orientações serão enviadas por email a todas as pessoas aprovadas.	10/11/2026 das 00h as 23h59
r) Resultado do exame de proficiências em língua estrangeira	13/11/2026 a partir das 16h
s) Recurso ao resultado do exame de proficiência em língua estrangeira	13/11 as 23h59 de 16/11/2025
t) Resultado Preliminar	13/11/2026 a partir das 16h
u) Recurso ao resultado preliminar	13/11 as 23h59 de 16/11/2025
v) Resultado Preliminar	13/11/2026 a partir das 16h
x) Resposta ao recurso do Resultado preliminar	11/12/2025
z) RESULTADO FINAL	04/12/2026 após as 16h
z.1) Confirmação de matrícula. A pessoa aprovada receberá as informações para acessar o site e conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a	15/02/2027 a 17/02/2027
z.2) Divulgação da reclassificação As pessoas reclassificadas devem consultar os procedimentos de matrícula que constam no item VI deste Edital	19/02/2027
z.3) Confirmação de matrícula de Reclassificados. A pessoa reclassificada receberá as informações para acessar o site e	22/02/27 a 23/02/2027

conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a	
--	--

VII.2 CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS

Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, a pessoa candidata, além de atender aos prazos do calendário geral, deve ficar atenta aos prazos específicos estabelecidos neste item.

O sistema de cotas é, antes da especificidade das cotas, um sistema de COTAS SOCIAIS, a pessoa candidata que não corresponder aos critérios sócio econômicos estabelecidos na Lei terá seu pedido INDEFERIDO.

A pessoa candidata deve atender às instruções específicas do **ANEXO I**.

A pessoa candidata que solicitar isenção do pagamento de inscrição, **no caso de indeferimento do pedido**, deverá efetuar o pagamento, para continuar participando do processo seletivo conforme estabelecido no item III.1.h). Em caso de não homologação da inscrição (item III.4.b) a pessoa estará eliminado do processo seletivo.

A pessoa candidata, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Mestrado informando como deve proceder para fazer o envio dos documentos**. Esse e-mail será divulgado apenas para quem teve sua inscrição homologada.

Calendário relativo ao processo de seleção de cotistas:

VII.2 CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS

VII.2.1 Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, a pessoa candidata, além de atender aos prazos do calendário geral, deve ficar atenta aos prazos específicos estabelecidos neste item.

VII.2.2 O sistema de cotas é, antes da especificidade das cotas, um sistema de COTAS SOCIAIS, a pessoa candidata que não corresponder aos critérios sócio econômicos estabelecidos na Lei terá seu pedido INDEFERIDO.

VII.2.3 A pessoa candidata deve atender às instruções específicas do **ANEXO I**.

VII.2.4 As(os) candidatas(os) que apresentarem o documento de autodeclaração



étnico-racial, validado em processos seletivos anteriores e realizado pela COOVAL,

ingressantes como estudantes da UERJ, poderão apresentar tal documentação, ficando isentas(os) de se submeter novamente a validação em processos posteriores pela COMISPVA.

VII.2.5 A apresentação do documento de autodeclaração supracitado, não isenta a/o candidata/o de se submeter à análise sócioeconômica devendo encaminhar a documentação referentes a esse processo específico, conforme consta no ANEXO I e na data especificada no calendário de cotas (Item VII.2).

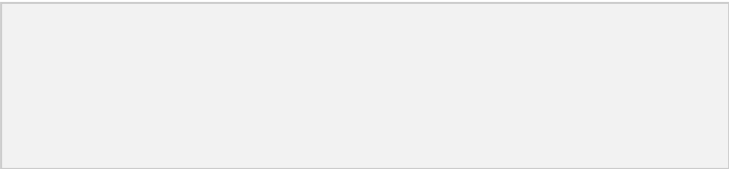
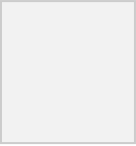
VII.2.6 A pessoa candidata que solicitar isenção do pagamento de inscrição, **no caso de indeferimento do pedido**, deverá efetuar o pagamento, para continuar participando do processo seletivo conforme estabelecido no item III.1.h). Em caso de não homologação da inscrição (item III.4.b) A pessoa candidata estará eliminada do processo seletivo.

VII.2.7 A pessoa candidata, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Doutorado informando como deve proceder para fazer o envio dos documentos**. Esse e-mail será divulgado apenas quem tiver sua inscrição homologada.

Calendário relativo ao processo de seleção de cotistas:

a) Envio de documentação	09 a 11/10/2026 até 23h59
b) Resultado da análise socioeconômica	31/10/26 após as 16h
c) Recurso ao resultado da análise socioeconômica	31/10 a 03/11/2026 até 23h59
d) Resposta ao recurso da análise socioeconômica	13/11/2026 após 16h
e) Resultado da análise da opção de cotas	25/11/2026 após 16h
f) Recurso a análise da opção de cotas	25/11 a 27/11/2026 até as 23h59
g) Resultado ao recurso da opção de cotas	01/01/2026 após 16h
e) Pagamento da inscrição de candidatos com pedido indeferido na situação cotista	01 a 03/12/2026
f) Prazo para envio do recibo de pagamento	03/12/2026 até 23h59

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS:



VIII.1 A inscrição da pessoa candidata implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.

VIII.2 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

VIII.3 A defesa do Projeto de Pesquisa por meio remoto poderá ser remarcada 02 vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização.

VIII.4 O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2027.

VIII.5 Caso haja desistência da pessoa aprovada após o início oficial das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamadas, em ordem de classificação, as pessoas aprovadas e não classificadas, até o final do primeiro semestre letivo do curso. Transcorrido esse período, mesmo que haja alguma desistência, não haverá novas chamadas.

VIII.6 O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pela pessoa candidata cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das etapas, desistência durante o processo e/ou qualquer outra circunstância.

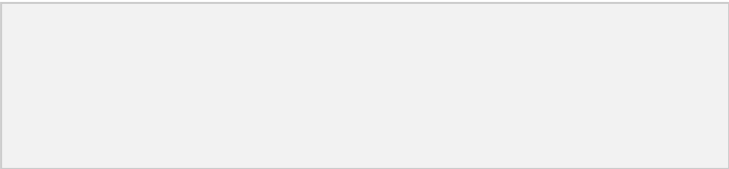
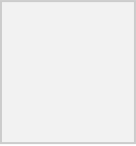
VIII.7 A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes e 05 (cinco) suplentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

VIII.8 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outras pessoas do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar das etapas de seleção.

VIII.9 O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.

VIII.10 A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, desde que não interfira nas etapas referentes às cotas, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessadas, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado as pessoas candidatas.

VIII.11 O calendário pode ser alterado pelo DEPG, no que concerne aos resultados de análise



e recursos de cota em função do número de pessoas que apresentem candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário deve ser amplamente divulgada a todas as pessoas interessadas, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado as pessoas candidatas.

VIII.12 A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelas pessoas candidatas selecionadas no processo seletivo deverá ser apresentada em data a ser definida posteriormente pela Coordenação do ProPEd. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na eliminação da/o candidata/o, possibilitando a convocação da próxima pessoa classificada da lista de pessoas aprovadas.

VIII.13 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

VIII.14 As gravações das arguições das pessoas classificadas e não classificadas no processo seletivo serão armazenadas pelo ProPEd por um prazo não superior a 90 (noventa) dias, a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, as gravações serão apagadas.

VIII.15 Os recursos deverão ser solicitados pela página de inscrição da/o candidata/o, no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/. **Não serão aceitos recursos encaminhados por outras vias.**

VIII.16 A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e de infraestrutura do processo de seleção.

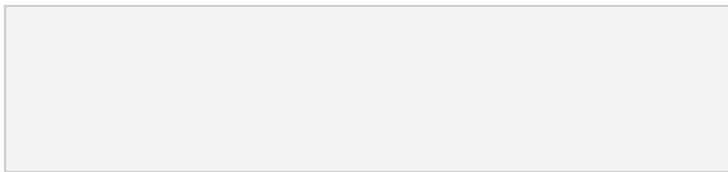
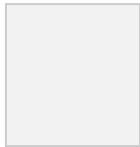
VIII.17 Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado, divulgado neste edital e no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

ENDEREÇO PARA INFORMAÇÕES:

Site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br E-mail: secretaria@proped.pro.br E-mail: comissao_doutorado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

Rita de Cássia Prazeres Frangella
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ



ANEXOS

ANEXO I: Instruções e Documentações para Participar do Sistema de Cotas. ANEXOS II: Quadro de vagas por orientadores.

ANEXO II: Quadro de vagas por projeto de orientador

ANEXO III: Quadro de coordenadores de projeto com disponibilidade para receber as vagas supranumerárias oferecidas.

ANEXO IV: Lista de projetos de pesquisa dos professores orientadores (por Linha de Pesquisa)

ANEXO I

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:

- a. 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígena;
- b. 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c. 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d. Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2. *A condição socioeconômica é fator principal* do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:

a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

A análise socioeconômica abrange:

- Conferência do **Formulário de Informações Socioeconômicas – FIS** com a documentação que o acompanha conforme explicitado no manual de orientações para os candidatos a reserva de vagas;
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei;
- Se necessário, entrevista individual com candidato respeitando o sigilo profissional.

3. As opções de cotas:

- a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos

indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;

d) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;

e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição;

b) Preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis no **Manual de Orientação Para Candidatos à Reserva de Vagas** os formulários encontrados no sítio do DEPG : <http://www.pr2.uerj.br/depg/index.php/coordenacoes/cca-coordenadoria-de-controle-academico/cas>.

b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas - FIS: encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para http://www.pr2.uerj.br/depg/download/cca/Formulario_Analise_Socioeconomica.doc

b.2) O Formulário de opção de cotas - FOC: encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para http://www.pr2.uerj.br/depg/download/cca/Formulario_Opcao_de_Cotas.doc

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ. Eventuais pendências de documentos comprobatórios junto à Comissão de Análise de Cotas serão informadas ao candidato pela Secretaria do Proped através do email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Ambos os Formulários deverão ser preenchidos e encaminhados, no período de inscrições estabelecido no calendário deste edital, pelo email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Só serão avaliados pelas Comissões de Opção de Cotas, os candidatos que forem deferidos na avaliação socioeconômica.

Caso as vagas destinadas aos candidatos a cotas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a



seleção em ampla concorrência.

Igualmente, os candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão passados automaticamente para a ampla concorrência.

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS POR PROJETO DE ORIENTADOR

Linha: “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”

Professores	Vagas
Aldo Victorio Filho	01
Alexandra Garcia	01
Denize Sepúlveda	01
Gustavo Coelho	01
Leonardo Nolasco-Silva	01
Luís Thiago Freire Dantas	01
Mailsa Passos	01
Maria da Conceição Soares	01
Nilda Alves	01
Rosemary Santos	01
Total	10

Linha: “Educação Inclusiva e Processos Educacionais”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	01
Carolina Rizzoto Schirmer	01
Cátia Crivelenti De Figueiredo Walter	01
Cristina Angélica Mascaro	01
Flávia Barbosa da Silva Dutra	01
Flávia Faissal de Souza	02
Luiz Antonio Gomes Senna	02
Maria Leticia Cautela	02
Total	11

Linha: “Infância, Juventude e Educação”

Professores	Vagas
Conceição Seixas	01
Dilton Ribeiro do Couto Junior	02
Lisandra Ogg Gomes	01
Rita Ribes Pereira	02
Walter Omar Kohan	01
Total	07

Linha: “Instituições, Práticas Educativas e História”

Professores	Vagas
José Gonçalves Gondra	01
Denise Medina	02
Evelyn de Almeida Orlando	02
Lia Ciomar Macedo Faria	01
Paula Leonardi	02
Sônia Camara Rangel	01
Total	09

Linha: “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”

Professores	Vagas
Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
Elizabeth Fernandes de Macedo	02
Hugo Heleno Camilo Costa	02
Rita de Cássia Prazeres Frangella	02
Rosanne Evangelista Dias	02
Talita Vidal Pereira	01
Total	11

Linha: “Gênero, raça e interseccionalidades”

Professores	Vagas
Alexandra Lima da Silva	02
Fernado Pocahy	01
Gabriel Siqueira Corrêa	01
Janaina Moreira de Souza	01
Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
Stela Caputo	01
Virgínia Louzada	01
Total	09

ANEXO III

Quadro de coordenadores de projeto com disponibilidade para receber as vagas supranumerárias oferecidas.

Linha: “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

Coordenador
Gustavo Coelho

Linha: “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS”

Coordenadora
Annie Gomes Redig

Linha: “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

Coordenador/as
Alice Ribeiro Casimiro Lopes
Elizabeth Fernandes de Macedo
Hugo Heleno Camilo Costa
Rita de Cássia Prazeres Frangella
Rosanne Evangelista Dias
Talita Vidal Pereira

Linha: “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

Coordenadora
Alexandra Lima da Silva



LISTA DE PROJETOS

LINHA: “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

COORDENAÇÃO: ALDO VICTORIO FILHO

CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS ARTES NA EDUCAÇÃO: DAS ESCOLAS ÀS UNIVERSIDADES E DAS UNIVERSIDADES ÀS ESCOLAS

Considerada a proeminência dos apelos estéticos que emolduram, ressignificam e mediam grande parte das interações sociais contemporâneas, o universo da cultura visual e seus crescentes canais de assédio e sedução afirmam relevância crescente. Relevância, sobretudo, na dimensão formativa das novas gerações, competindo drasticamente com os canais convencionais de formação, notadamente, as escolas. Face a tais desafios, a participação das artes na educação formal demandaria novos contornos, na medida em que as aulas de artes são os espaços e tempos dedicados e vocacionados à iniciação dos indivíduos nos processos de fruição e crítica do universo poético, estético e artístico. Universo que também é fonte de inspiração e recurso aos fluxos sedutores do mercado, não só visando o consumo material, mas, também a incorporação de ideias, princípios e convicções, nem sempre em consonância com a finalística da educação. Portanto, o objetivo do projeto é contribuir com o panorama atual da participação das artes no ensino formal por meio de problematizações dos aspectos pedagógicos, políticos e culturais implicados neste campo curricular específico. Assim, investimos na catalisação e enrendamento de pesquisas no âmbito das práticas escolares e da formação docente em artes; rede que venha a constituir percepções alargadas e aprofundadas do estado da arte no ensino da arte atual. Interessa a prospecção investigativa nas áreas centrais à temática, das linguagens artísticas tradicionais - música, artes visuais, teatro e dança – à Cultura Visual na formação escolar e seus efeitos meio às interações sociais e culturais como as ações de afirmações étnica, de gênero e das minorias. Interações determinantes na formação humana e que atravessam as localidades de origem e trânsito das populações escolares, estudantes, docentes e demais trabalhadores.

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA GARCIA

CARTOGRAFANDO PRODUÇÕES CURRICULARES E PROCESSOS FORMATIVOS: SABERES FEMININOS E AFETOS QUE MOVEM AS ESCOLAS EM NARRATIVAS DOCENTES

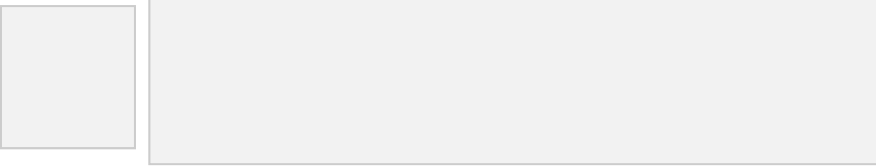
A pesquisa insere-se na área de currículo, cotidiano e formação de professores, prosseguindo com estudos dos processos formativos e produções curriculares com docentes da Educação Básica e licenciandos. Problematiza diretrizes curriculares voltadas para a Educação Básica e para a Formação de Professores, entendendo que os desafios enfrentados cotidianamente por docentes e escolas são atravessados por

efeitos das desigualdades sociais e pelas marcas da colonialidade. Considera que tais contextos interrogam os currículos e os processos formativos, somando-se às implicações da intensificação do controle sobre escolas e professores no bojo de processos de padronização e centralização curricular que reforçam epistemicídios. A partir da articulação entre pesquisa-extensão e resultados de investigações anteriores, objetiva-se avançar no estudo de experiências e propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e produção mais coletiva e solidária dos saberes docentes, apontando caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. Busca ampliar estudos sobre as interfaces entre processos formativos e produção curricular para pensar os saberes e fazeres docentes em sua continuidade e complexidade, atendo-se, nessa fase, aos aspectos relacionados à potência dos afetos, do coletivo e do feminino na composição de formas de resistência como existência cotidiana das escolas. Recorre a estudos no campo dos currículos, cotidianos, formação de professores e decolonialidade, articulados à noções do pensamento spinozano e contribuições do feminismo decolonial. A metodologia apoia-se no campo das pesquisas com os cotidianos e da cartografia, como formas de acompanhar processos, incluindo rodas de conversa e produção de narrativas que mobilizam redes de saberes entre professores e com licenciandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Como resultados espera-se ampliar o mapeamento e a análise da produção curricular e dos processos formativos; apontar contribuições de espaços sistemáticos de diálogos e de formação compartilhada na produção de fazeres e saberes docentes, bem como de espaços coletivos de negociações políticas e epistemológicas dos currículos; compor registros de práticas e saberes vinculados à potência dos coletivos e do feminino na docência; fortalecer o diálogo entre escolas e universidade; contribuir para a descolonização dos currículos e para a valorização do magistério.

COORDENAÇÃO: DENIZE SEPÚLVEDA

A LAICIDADE DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: A VALORIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Essa pesquisa tem como objetivo mapear o que se produz sobre o tema da laicidade e sua relação com as questões dos gêneros e sexualidades nas escolas públicas brasileiras. Para isso, optamos em trabalhar na base de dados do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, local onde se disponibiliza textos, artigos, dossiês temáticos, dissertações e teses sobre a temática da laicidade e alguns poucos relacionados com as questões de gêneros e sexualidades. Portanto, nesta pesquisa interagimos com a produção desse observatório, no qual estabelecemos uma parceria interinstitucional. Assim, iniciamos esse trabalho em 2021/2022 analisando a aba da página intitulada “Biblioteca”, nos links: “Textos disponíveis na internet”, “Dossiês Temáticos Sobre Laicidade” e “Bancos de Teses”. Em seguida, 2023/2024, mapeamos dissertações e teses sobre a laicidade na escola pública e sua relação com as questões de gêneros e sexualidades no banco de teses da



CAPES e ficamos responsáveis por alimentar a nova aba da página do OLÉ. No atual momento, estamos dando continuidade a essa investigação, com foco em novos artigos em dossiês nas principais revistas de educação do Brasil, principalmente nas que possuem os Qualis A1, A2, A3 e A4, para alimentar com novas produções o link que foi criado sobre laicidade, gêneros e sexualidades no banco de dados do OLÉ. Todas essas ações são fundamentais para a ampliação desta pesquisa e para a construção de uma escola laica e democrática que respeite as diferenças de gêneros e sexualidades.

COORDENAÇÃO: GUSTAVO COELHO

OS "SEM SENTIMENTOS": A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO COM SUJEITOS RACIALIZADOS E MARGINALIZADOS

Identificando como um dos efeitos da marginalização na subjetividade, o roubo da palavra íntima, a asfixia da fala singular que fuja do estreito repertório de discursos que já os precedem e já os condenam, há cerca de cinco anos desenvolvemos oficinas em contextos variados com pessoas que, ou tenham passado pelo sistema penal, pelo socioeducativo, ou estejam efetivamente neles. Por percebermos que, de algum modo, a segregação faz-se na fala do sujeito identificado ao estigma como um todo rígido, ou seja, que resiste-se com determinação às oscilações próprias daquilo que nos compõe mas que não tem bem um contorno nítido, daquilo que é uma espécie de alteridade em nós, portanto marca da ética na relação com o outro, fizemos dessa percepção o motivo para uma série de atividades com direção psicanalítica com jovens internos no sistema socioeducativo e com jovens e adultos em semiliberdade ou já livres mas que carregam a marca da passagem pelo sistema penal, ou ainda em outros contextos periféricos. Este projeto, então, parte de uma expressão, comum de ser anunciada como uma característica “positiva” do criminalizado – o “sem sentimento”. Com uma orientação psicanalítica e retirando consequências do conceito de necropolítica em Mbembe (2014), pretendemos promover o encontro desses sujeitos com suas palavras singulares para o deslocamento de uma posição alienada aos discursos vigentes, no sentido de investigar como as subjetividades marcadas pela identificação como “matável” se divorciam falsamente de seus sentimentos, se fixando numa suposta frieza monstruosa que, em vida, facilita o convívio com sua morte enquanto que iminente. Trata-se, portanto, de um projeto que acolhe pesquisas em psicanálise e educação interessadas na investigação das subjetividades em contextos onde a marginalidade e a racialização operam como marcas no corpo, da nossa história colonial. Com a ética da psicanálise, portanto, ou seja, através da fala e da escuta, pretendemos estudar as enunciações singulares que fissuram o bloco monolítico do estigma, ou seja, das identificações e sintomas.

COORDENAÇÃO: LEONARDO NOLASCO-SILVA

CONTAR-SE NA CIBERCULTURA EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS: MASCULINIDADES, AUTOFIÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL COMO



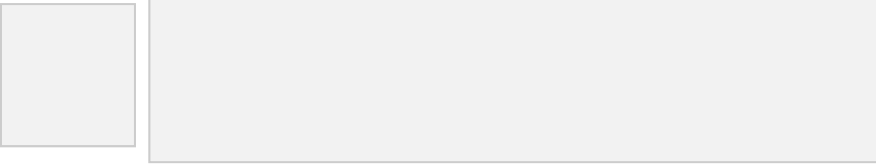
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O projeto “Contar-se na cibercultura em tempos de Inteligências Artificiais: masculinidades, autoficção e produção artístico-cultural como prática de pesquisa em Educação” investiga como homens narram a si mesmos nas redes sociais, em plataformas como YouTube, Instagram e X, entre 2026 e 2028. Interessa analisar relatos autobiográficos ou performáticos em primeira pessoa que tenham produzido repercussão pública, compreendendo-os como práticas contemporâneas de escrita de si e autoficção nas quais palavras, imagens, sons e Inteligências Artificiais operam como próteses e extensões corporais na produção e reinvenção de estéticas de masculinidade. Inserida no campo das pesquisas com os cotidianos, a investigação realizará cartografia online de narrativas públicas, privilegiando aquelas que mobilizem debates sobre masculinidades e evidenciem o uso de dispositivos algorítmicos, filtros, avatares, aplicativos e sistemas de recomendação. O objetivo não é reconstruir biografias, mas problematizar regimes narrativos e modos de fabulação que produzem subjetividades na cultura digital. O material será trabalhado por meio da técnica do “praticantepensante” alegórico, que permite a construção de personagens conceituais a partir da colagem e reorganização temática de narrativas públicas, assegurando anonimato e deslocando o foco da identificação individual para a dimensão estética e analítica. As Inteligências Artificiais serão examinadas tanto como dispositivos que modulam visibilidade, desejo e circulação quanto como ferramentas de experimentação artístico-cultural. Como desdobramento metodológico, parte das narrativas será transposta para produções audiovisuais e dramáticas, ampliando as formas de circulação científica e tensionando as fronteiras entre pesquisa acadêmica e criação artística. Espera-se contribuir para o debate educacional sobre masculinidades, tecnologias digitais e cultura algorítmica, articulando referenciais como Foucault e Deleuze a perspectivas interseccionais e a autoras e autores do Sul Global que problematizam colonialidade, raça, corpo e tecnologia.

COORDENAÇÃO: LUÍS THIAGO FREIRE DANTAS

“COISA DA PELE”: CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Este projeto estabelece um diálogo entre duas áreas – a Filosofia da Educação e a Educação das Relações Étnico-Raciais – para investigar como os processos educativos e filosóficos são moldados por uma “gramática racial da modernidade”, conceito desenvolvido por Denise Ferreira da Silva para explicar como a ideia de raça foi construída a fim de justificar hierarquias e exclusões. A pesquisa apoia-se em pensadores como bell hooks, Achille Mbembe e Lélia Gonzalez para compreender como o racismo e a colonialidade influenciam a formação humana, tanto no plano epistemológico – marcado pela deslegitimação de saberes não ocidentais – quanto no plano ontológico – expresso na negação de



humanidade a grupos não brancos. O estudo questiona a noção de um conhecimento “universal” neutro, demonstrando que ele frequentemente reflete visões da branquitude que marginalizam culturas negras, indígenas e outras tradições. Essa pesquisa arvora-se nas expressões culturais como o Samba, o Rap e outras, a fim de revelá-las como espaços formativos que preservam e transmitem alternativas de conhecimento, resistindo à dominação colonial. Assim, a pesquisa objetiva compreender como a modernidade, ao forjar a cultura humana sob a influência da “gramática racial”, reproduz mecanismos sociais e culturais de escolarização que reforçam narrativas hegemônicas, marginalizando ou apagando as vozes, experiências e memórias dos grupos subalternizados.

COORDENAÇÃO: MAILSA CARLA PINTO PASSOS

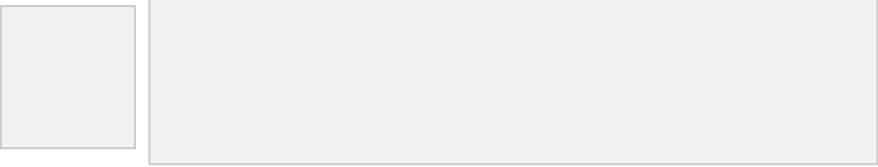
RELAÇÕES DIALÓGICAS EM PESQUISA: ARTE, LINGUAGEM E CONHECIMENTO PARA UMA COMPREENSÃO DAS POPULAÇÕES AFRODIASPÓRICAS

O projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender como pesquisas desenvolvidas ao longo de quase 20 anos de trabalho no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (PROPed/UERJ), pelo Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano - pesquisas estas que têm se debruçado sobre os repertórios culturais de populações afrodiaspóricas no campo de estudos dos Cotidianos - vêm se atualizando. Para isso a pesquisadora propõe colocar-se em diálogo com o trabalho de pesquisa, docência e extensão de egressos do grupo que hoje são professoras/professores de universidades públicas em diversos estados do Brasil (UFPI, UEMASUL e FEBF/UERJ), professoras que desenvolvem projetos pedagógicos relacionados às questões etnicorraciais em duas Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SME do Rio de Janeiro e de Niterói), e um professor da Universidade Rovuma, em Nampula, Moçambique. Tendo como recursos metodológicos as narrativas e a linguagem da arte, a ideia é compreender como conceitos e categorias discutidos no grupo no período de formação, vêm se atualizando nas ações dos egressos. Como conceitos, clássicos ao grupo, mantém sua força nos trabalhos desses educadores e educadoras em seus estudos atuais e que outros podem ter emergido como pistas para a renovação do debate. Interessa-nos compreender como nosso trabalho emerge a partir do trabalho desses egressos, mas também no que suas práticas nos convidam a repensar o trabalho do grupo de pesquisa. Para tanto propomos, aulas conjuntas, leituras compartilhadas; oficinas de literatura e arte, seminários, em formato remoto e/ou presencial.

COORDENAÇÃO: MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES

ONDA COREANA E EDUCAÇÃO: K-DRAMAS, APROPRIAÇÕES POR DOCENTES/DISCENTES E ATRAVESSAMENTOS NOS CURRÍCULOS CRIADOS NOS/COM OS COTIDIANOS DENTROFORA DAS ESCOLAS E DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

A Hallyu, como é conhecida a onda coreana, está consolidada em todo o mundo e suas origens e expansão têm a ver, entre outros fatores, com investimentos do governo e de empresas privadas da Coreia do Sul em cultura pop. Relaciona-se também com os usos crescentes dos meios de produção e circulação de conteúdos audiovisuais na/com a Cibercultura, seja por produtores ou por usuários comuns. O termo Hallyu, criado na década de 1990, busca abarcar a popularização das produções culturais sul coreanas e seus efeitos em vários países que compõem o mercado global de consumo da indústria cultural, inclusive o Brasil. Trata-se, portanto, da conveniência da cultura como recurso, conforme propôs George Yúdice, para finalidades diversas e, principalmente, como diferenciação e moeda de troca no mercado global. Tal fenômeno não pode ser pensado sem que sejam consideradas as características contemporâneas do capitalismo, as quais, além da movimentação de capital financeiro, se concentram na circulação de bens, serviços e informação. Entre os produtos sul coreanos lançados no mercado internacional destacam-se filmes, novelas/séries (k-dramas), músicas (entre elas as trilhas sonoras originais dos dramas – denominadas como OST, Original Sound Track), livros, jogos, turismo, cosméticos, moda e alimentos, assim como aqueles cuja percepção é mais sutil, tais como padrões de beleza, comportamentos, significações e valores. Nas pesquisas que nos propomos a desenvolver com os cotidianos das redes educativas e culturais dentro das escolas e de contextos de formação de professoras nos ocuparemos da recepção de filmes e de k-dramas, focando nas suas pedagogias culturais, nos mecanismos empregados para a popularização e nos modos pelos quais eles são apreendidos por discentes e docentes da educação básica e de cursos de Pedagogia. Buscamos compreender o que eles fabricam com os usos que fazem do que lhes é oferecido e imposto, produzindo com suas práticas outras coisas, informadas por outros interesses e outros desejos, conforme nos indica Michel de Certeau. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores dessas produções segundo informações dos serviços de streaming que as exibem e, às vezes, coproduzem, tais como a Netflix, a Rakuten Viki e a Kokowa. Com o crescimento do consumo, outras plataformas passaram a investir no mercado brasileiro, entre elas a Disney, a Star+, a Amazon Prime, a HBO Max e a Bandplay. Para além disso, tais produções povoam as redes sociais na Internet através de aplicativos como o Instagram, o Facebook, o Tik Tok, o Telegram e diversos fansubs (grupos de fãs que, em concorrência com as ofertas comerciais, distribuem legendas e/ou obras). Trata-se, portanto, de operações de usuários que as citam, divulgam, comentam, compartilham e exibem. Dessa forma, dramas sul coreanos entram nas escolas sem pedir licença, produzindo atravessamentos nos currículos tecidos em redes (Nilda Alves). Nos interessa pensar com estudantes e professores que consomem tais produções os usos que fazem delas e a ressignificação que operam criando sempre diferença em relação aos endereçamentos, aos comportamentos, aos hábitos, à tradição, aos valores, aos descentramentos culturais, aos padrões de beleza, de masculinidade e de feminilidade, às concepções sobre educação e sobre tecnologia, como também em relação à outras questões sociopolíticas agenciadas, tais como o preconceito contra asiáticos, a desinformação sobre a história e a geografia do extremo

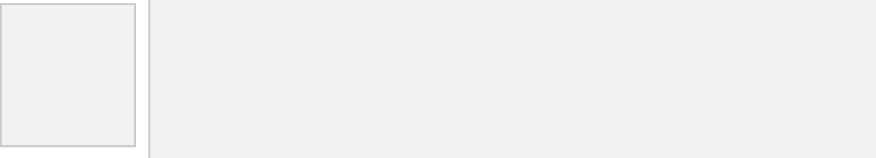


orientes, o gênero e a sexualidade, o capacitismo, o suicídio entre jovens e a competitividade nas escolas. A pesquisa pretende ainda pensar os processos de subjetivação que se engendram com essa prática de uso e ressignificação e os processos curriculares criados, partindo da premissa que os currículos são tecidos no entrecruzamento de diferentes redes de significações que emergem em/com os múltiplos contextos vividos, entre eles os usos das mídias (Nilda Alves). Trabalharemos com o aporte teórico das Pesquisas com os Cotidianos, dos Estudos Culturais, dos estudos das Audiovisualidades (imagens e sons), dos estudos da Cibercultura, dos estudos sobre Gênero e das teorias de Currículo. Como procedimentos metodológicos, realizaremos observações participantes em cotidianos escolares e de cursos de formação, análises de filmes e de k-dramas, conversas e análise/produção de comentários e debates nas redes sociais por meio de diversos aplicativos, bem como o que mais surgir como possibilidade no decorrer do processo, produzindo, dessa forma, os dados que irão compor o corpus da pesquisa.

COORDENAÇÃO: NILDA ALVES

CURRÍCULOS ‘PRATICADOS/PENSADOS’ NOS COTIDIANOS – CRIAÇÕES CURRICULARES PARA ALÉM DA ESTRUTURA EM DISCIPLINAS

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais a estrutura dos currículos em disciplinas, por um lado, é afirmada como a única organização possível, e como, por outro lado, ações de docentes, em todos os níveis de ensino, de ações oficiais e de busca de pesquisadoras/pesquisadores vêm indicando outras possibilidades de articulação curricular. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineconversas em torno de filmes que trazem os mundos das escolas em imagens e sons e de filmes que trazem a possibilidade de compreender as articulações entre Educação e Cultura, com docentes em serviço e em formação, nos municípios de S. Gonçalo, Nova Friburgo e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, bem como com docentes em serviço na região da Serra e Vitória, no Espírito Santo, no município de Manaus, no Amazonas, e no município de Salvador, na Bahia, estendendo assim, o projeto, nacionalmente. No segundo movimento, serão realizadas conversas com docentes formadores de docentes em universidades públicas de diversos cursos: UERJ (campus Maracanã e S. Gonçalo); Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade do Estado do Amazonas; Universidade Federal da Bahia e Instituto Superior da Bahia; Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa se dará em torno das seguintes ideias: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos ‘dentrofora’ das escolas para ‘fazer pensar’ currículos; a tessitura de ‘conhecimentos/significações’ em currículos; os processos curriculares como sempre em mudanças, fazendo-nos pensar em ‘currículos migrantes’; imagens, sons e narrativas como “personagens conceituais”; as ‘conversas’ como lócus central em processos de pesquisa. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser: Certeau, Deleuze, Guattari e Maturana, bem como autores brasileiros e latino-americanos que com eles trabalham, desenvolvendo pesquisas dentro da



corrente a que chamamos pesquisas nos/dos/com os cotidianos e com aspectos das áudio-visualidades. Lembramos ainda que, em todo o processo, nas ações no campo da Educação, existe sempre, uma articulação entre Ética, Estética, Política e Poética.

COORDENAÇÃO: ROSEMARY SANTOS

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CIBERCULTURA E SUA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SÓCIOTÉCNICOS, ÉTICOS, ESTÉTICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS MEDIADOS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS EM REDE

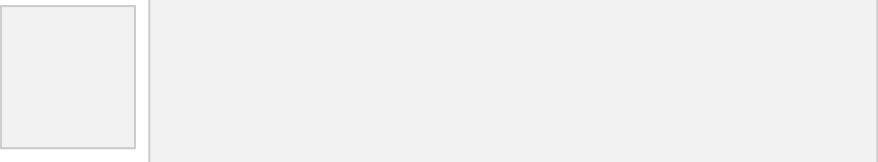
Este projeto pretende investigar como os movimentos sociotécnicos, éticos, estéticos, políticos e culturais em suas múltiplas linguagens podem inspirar práticas docentes em redes educativas contribuindo para a formação de professores na atual fase da cibercultura. Pretende contribuir para a criação de políticas públicas de Educação e micropolíticas cotidianas de invenções curriculares, criando metodologias de pesquisa e projetos de ensino e aprendizagem que aproximem os currículos escolares e universitários das práticas comunicacionais da Cibercultura. Optamos pela bricolagem da ciberpesquisa formação multirreferencial e das Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. Como dispositivos de pesquisa, lançamos mão de oficinas, interações nas redes sociais, criação de softwares, usos de AVAS. Dispositivos que revelam a formação do formador na cibercultura forjando outros espaçostempos de pesquisa acadêmica e de produção de múltiplas linguagens, articulando as interfaces escola-cidade–universidade-ciberespaço, estabelecendo outros sentidos para a prática pedagógica e para a pesquisa acadêmica nas diversas redes educativas. A pesquisa prevê como resultados: a) privilegiar a docência e as novas redes educativas; b) pensar a formação de professores na cibercultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica; c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação nas áreas de periferias urbanas; d) hipermedializar, hipertextualizar, remixar e compartilhar o conhecimento científico como um novo modo do fazer científico na contemporaneidade; e) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade através das tecnologias digitais em rede criando redes de docência e aprendizagem.

LINHA: “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS

COORDENAÇÃO: Annie Gomes Redig

PROJETO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Embora o Brasil possua um arcabouço normativo significativo no campo da educação inclusiva,



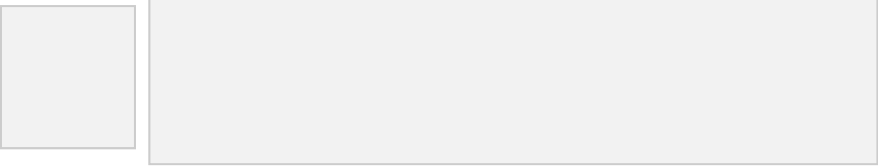
pesquisas apontam que a existência de políticas, por si só, não garante a efetivação da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral analisar a elaboração e a implementação de políticas públicas de educação inclusiva nas redes de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos consistem em: 1) identificar as políticas de educação inclusiva vigentes nas redes públicas do estado; 2) compreender como tais políticas abordam as práticas pedagógicas inclusivas; e 3) planejar e realizar formação continuada em serviço para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, estruturada em duas etapas: a primeira, voltada à análise dos dispositivos legais; e a segunda, à observação do campo prático, somada à proposição de formação docente em serviço. Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores e sirvam de referência para futuras investigações no campo da Educação Especial.

PROJETO 2: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA: A REPRESENTATIVIDADE NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE

Este projeto faz parte também do projeto Pessoas com deficiência intelectual e/ou TEA: nada sobre nós sem nós. O processo de transição para o momento pós-escola de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista (TEA) na sociedade contemporânea ainda é um desafio para as escolas brasileiras. Pensar na vida adulta e ativa destes sujeitos é importante para garantir sua real inserção na sociedade, de forma que possam ter uma vida mais independente e autônoma possível. Esse processo deve começar ainda na escola para que as habilidades para a vida independente sejam desenvolvidas. Entretanto, sem o engajamento do sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA no processo, essa ação não terá êxito, por isso, é fundamental o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação, para que assim, possam ser realmente gestores de suas vidas. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar o processo de transição para a vida independente no itinerário formativo de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou TEA. Dentro dessa proposta, temos a elaboração do Plano Individualizado de Transição (PIT) em suas diferentes vertentes, como por exemplo, a inclusão no mercado de trabalho, nos espaços da universidade e o sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA como protagonista da sua vida no que tange, principalmente, o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação. Para tal, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de cursos de formação continuada docente, protocolos de aplicação do PIT, além de potencializar a voz dos sujeitos com deficiência intelectual e/ou TEA.

COORDENAÇÃO: CAROLINA RIZZOTO SCHIRMER

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM EM PARCERIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

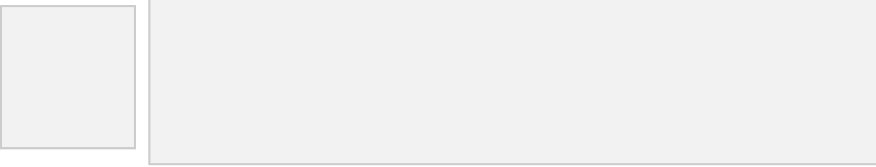


Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de profissionais para atuarem em rede colaborativa no acompanhamento de alunos com deficiência que necessitam de Tecnologia Assistiva. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os profissionais da rede pública de educação e saúde, graduandos de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e alunos com deficiência que são acompanhados pelos profissionais. O estudo será desenvolvido no Laboratório de Tecnologia e Comunicação Alternativa – LATECA e sala Leila Nunes, ambos na Faculdade de Educação da UERJ. Os instrumentos utilizados serão: questionário, roteiro de entrevista semi-estruturada, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa adquiridos e desenvolvidos pelos profissionais em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos profissionais; b) entrevistas com os graduandos, profissionais de educação e saúde; c) oferta de um programa tendo como abordagem a Metodologia da Problematização e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e profissionais junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

COORDENAÇÃO: Cátia Crivelenti De Figueiredo Walter

VAMOS CONTINUAR CONVERSANDO: FORMAÇÃO CONTINUADA NO USO DO PECS-ADAPTADO NO CONTEXTO ESCOLAR

As dificuldades de comunicação pelos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são apontadas como um grande desafio pelos professores do ensino regular. O presente tem como objetivo geral propor um curso de formação continuada a professores da rede regular de ensino no uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), por meio de Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado. Também pretende-se avaliar os efeitos do programa de formação e como os professores se apropriam do conhecimento aplicando o programa em seus alunos com TEA, que apresentam necessidades complexas de comunicação (NCC) no contexto escolar. O projeto é continuidade do projeto PROCENCIA edital 2023, e tem como objetivos secundários desenvolver um Recurso Educativo Digital (RED) e um Recurso Educativo de Aprendizagem (REA) por meio digital e oferecer o curso de formação em CAA, especificamente no uso do PECS-Adaptado para 20 professores das diferentes regiões do Brasil. As etapas do projeto ocorrerão na seguinte formatação: 1) Criação do curso de formação continuada por meio do Recurso Educativo Digital (RED) disposto em uma plataforma de aprendizagem digital (REA), contendo todos os módulos e material para leitura e exercícios práticos;



2) Aplicar estratégias de autoscopia que consiste em auto-filmagem, onde os professores serão orientados nas fases do PECS-Adaptado; 3) Aplicação do PECS-Adaptado associado ao DGF com 5 alunos com TEA, inseridos na sala de aula regular. Com os alunos será realizado um estudo quase-experimental intrassujeito, do tipo A-B, correspondendo às etapas de linha de base e intervenção, para verificar os comportamentos comunicativos. As sessões serão gravadas e registrados os níveis de suporte e independência necessários em cada fase do PECS-Adaptado. Pretende-se com o presente projeto avaliar as necessidades comunicativas dos professores frente ao desafio de ensinar alunos com TEA no contexto escolar, oferecer aprofundamento específico no uso da CAA e verificar seus efeitos nos comportamentos comunicativos dos alunos com TEA, como vocabulário expressivo, intenção comunicativa e engajamento em atos comunicativos com seus pares e professores.

COORDENAÇÃO: Cristina Angélica Aquino De Carvalho Mascaro

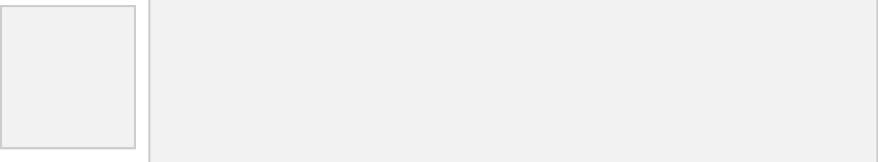
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE MEDIADO POR TECNOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA FORMATIVA COM DOCENTES PELO VIÉS DA PESQUISA-AÇÃO.

O estudo se insere na temática da produção de conhecimento sobre processos de alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. Intenciona-se investigar, por meio de uma abordagem qualitativa, no desenho da pesquisa-ação, uma prática de Atendimento Educacional – AEE mediado por tecnologias para o alfabetamento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. O objetivo geral da pesquisa é consolidar o conhecimento relacionado às práticas pedagógicas contemporâneas sobre processos de alfabetização e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Tendo como objetivos específicos: Elaborar uma revisão de escopo sobre a alfabetização do estudante com deficiência intelectual (produção de artigos). Investigar metodologias ativas embasadas na mediação tecnológica. Sistematizar uma proposta de formação com docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado voltada para o ensino de habilidades de leitura, escrita e seu uso social para jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual, ou alguma necessidade educacional específica. Acompanhar o processo de elaboração conceitual relacionado a alfabetização de jovens, adultos ou idosos, a partir da proposta específica do Atendimento Educacional Especializado – AEE por meio de curso de formação com docentes. Espera-se contribuir com a produção acadêmica voltada para o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

COORDENAÇÃO: Flávia Barbosa da Silva Dutra

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO COM ÊNFASE NO ESPORTE E NO LAZER.

Contemplar a acessibilidade nos espaços formais e não formais de educação contribui para novos



caminhos a serem percorridos pela pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades. Entendemos que a transposição de barreiras incide numa melhor participação geral em relação ao acesso e permanência às atividades sociais, acadêmicas e laborais. Por isso, a busca e a realização de uma acessibilidade básica são primordiais para mudanças organizacionais no tocante à dissolução de possíveis barreiras existentes. Assim, através das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), trabalhamos o tema acessibilidade destacando a formação de recursos humanos e as demandas individuais da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades, tanto nas Universidades quanto nos demais ambientes, visando a equidade de condições de participação social nos ambientes de educação formal e não formal, com ênfase no ensino superior, no esporte (desporto e paradesporto) e no lazer.

COORDENAÇÃO: FLÁVIA FAISSAL DE SOUZA

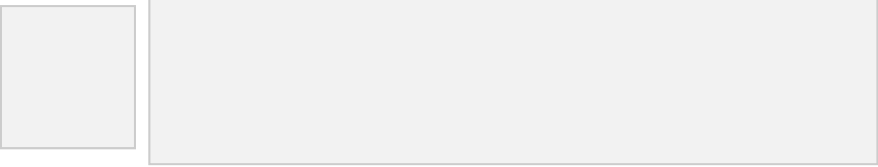
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Ancoradas na Teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, conforme estudos de L.S. Vigotski, em diálogo com teorias sobre atuação de políticas e sobre interseccionalidade, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação, Desenvolvimento Humano e Diferenças (GEDH/UERJ-CNPq) têm como foco os processos de escolarização e as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência, considerando os marcadores sociais das diferenças (deficiência, raça, gênero, classe social), as políticas sociais e educacionais internacionais, nacionais e locais.. Atualmente, nossos projetos de pesquisa tem como foco problematizar como as ideias de equidade, de interseccionalidade e de intersectorialidade estão inscritas nas políticas sociais e de educação nacionais, e suas traduções, interpretações e atuações em uma escola pública. Para além do trabalho com documentos, esses projetos de pesquisa são realizados em parceria, de forma colaborativa e coletiva, com escolas redes públicas de ensino da região da Baixada Fluminense.

COORDENAÇÃO: LUIZ ANTONIO GOMES SENNA

LARES URBANOS – A LINGUAGEM NOS MODOS DO PENSAMENTO E ORDENAÇÃO DO TEXTO FOTOGRÁFICO

Trata-se de projeto integrado à agenda de trabalho do atual ciclo de estudos do grupo de pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, um período de particular interesse para o seu desenvolvimento acadêmico, no qual se traz em evidência a figura dos sujeitos da educação inclusiva, não mais a partir de suas demandas, mas de suas propriedades como personagens no teatro da cultura escolar. Busca-se neste ciclo de estudos identificar traços dos sujeitos cognoscentes em demanda de inclusão escolar que nos proporcionem evidência de sua efetiva condição de assumir o papel de “alunos” sem o



prejuízo presumido de défices de aprendizagem ou deficiências. Neste sentido, focaliza-se o comportamento manifesto pelo aluno – em esquemas de conduta ou formas de expressão – a fim de caracterizar o sistema de representação em que este se sustenta e, conseqüentemente, caracterizar o próprio aluno como um sujeito cognoscente singular. O atual ciclo de estudos engloba os seguintes campos de investigação: (a) a natureza dos aspectos psico-sociais que contribuem para o desenvolvimento da identidade do sujeito da educação básica e interferem no aprendizado e uso da língua escrita alfabética; (b) o impacto dos modos pensamento sobre os processos de leitura e produção de textos; (c) o conceito e as propriedades fundamentais da aula que se desenvolve em ambientes de aprendizagem hipertextual (objeto de investigação do Laboratório de Linguagens e Ambientes Virtuais de Aprendizagem – LaborAt). O projeto Lares Urbanos – A linguagem nos modos do pensamento e ordenação do texto fotográfico tem por objetivo analisar a interferência dos modos do pensamento e dos processos mentais de ordenação dos termos constituintes do texto expresso na fotografia de diferentes representações do conceito de “lar”, visando a observar analogias e diferenças com relação ao processo de constituição de textos em línguas verbais e de sinais. Pesquisa baseada na elaboração de fonte primária de dados constituído por 500 fotografias produzidas em cinco diferentes regiões selecionadas segundo critério de representatividade e composição de corpus de dados indexados a partir de parâmetros categoriais passíveis de registro e hierarquização em feixes de traços classificatórios. Conclusões a se somarem aos esforços de pesquisa acerca dos fatores determinantes na produção textual de sujeitos com custo de aprendizagem no processo de alfabetização ou diferentes níveis de analfabetismo funcional

COORDENAÇÃO: MARIA LETICIA CAUTELA

PRINCÍPIOS, PROCESSOS E POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A DIVERSIDADE NOS MODOS DE ENSINAR E DE APRENDER

Embora os processos de alfabetização exerçam papel estruturante na formação dos indivíduos, os indicadores oficiais nacionais e internacionais sinalizam para a persistência de altos índices de analfabetismo funcional no Brasil, especialmente entre sujeitos oriundos de segmentos sociais historicamente excluídos. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Linguagens, Alfabetização e Interseccionalidade (GpLAI) tem vocação acadêmica e se dedica à formação crítica qualificada nos campos da Formação Docente e das Políticas Públicas de Educação voltadas para a Alfabetização e a Formação de Leitores e Escritores. Assim, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do GpLAI, ancoradas na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, em diálogo com a concepção enunciativa-discursiva de linguagem e de alfabetização, concentram esforços em: a) Produzir teorias aplicáveis à descrição e análise de comportamentos manifestos no transcurso dos processos individuais de desenvolvimento e aprendizagem da língua oral, língua escrita e outras formas de linguagem; b) Discutir a experiência curricular docente para a formação de leitores e escritores, considerando a complexidade

das linguagens e dos modos de representação do conhecimento; c) Analisar as Políticas de Alfabetização, bem como propor princípios e estratégias pedagógicas que contemplem as experiências formativas humanas como processos híbridos e em constante revisão. Busca-se, portanto, relacionar aspectos teóricos e práticos dos processos de elaboração e interação com a cultura escrita, identificando subsídios para práticas pedagógicas autorais, diversificadas e contextuais, que atendam aos princípios de Interculturalidade e Inclusão Social. O GpLAI busca realizar seus projetos em parceria, de forma colaborativa e coletiva, envolvendo institutos e escolas das redes públicas de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

LINHA: “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

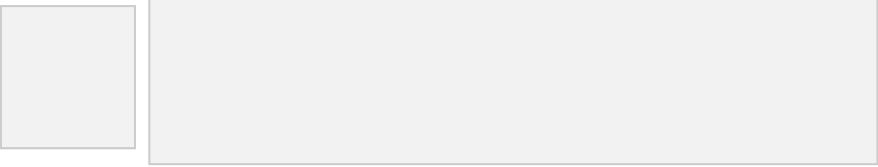
COORDENAÇÃO: CONCEIÇÃO FIRMINA SEIXAS SILVA

HABITAR O MUNDO: INFÂNCIA, PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

O projeto compõe as atividades do grupo *Espaço de Estudo e Pesquisa sobre Infância (EEPI)*, coordenado pela prof.^a Conceição Seixas, e se dedica à análise da participação social e política de crianças em diversos contextos – escola, movimentos sociais, periferias e centros urbanos, espaços comunitários, entre outros. Seu objetivo é analisar os caminhos, lutas, tensões e resistências que as crianças criam para participar da vida em comum, os sentidos que dão à sua ação no mundo e os acordos e alianças que estabelecem para fazer frente ao que consideram injusto nos territórios que habitam. No percurso de se constituírem como sujeitos (isto é, de se subjetivam), as crianças vão potencializando – em meio aos encontros com as gerações mais velhas, com seus pares e com sua cultura – descobertas, mal-estares, desacordos, perguntas, respostas, encontros, criações diversas... A aposta que se faz, neste projeto, é de que a participação: (1) longe de ser um atributo do sujeito, é de ordem coletiva e comprometida com a transformação social e um mundo justo, (2) se institui, pela criança na convivência com outros sujeitos, no processo de narrar e significar os papéis sociais que assumem, os espaços que habitam e as experiências que constroem, (3) está imbricada em relações de poder e hegemonia, portanto, (4) envolve incessantemente embates, negociações e disputas. O projeto abriga pesquisas que, de forma crítica, tratam da ação da criança em territórios diversos, que acolham as experiências infantis no mundo a partir das perspectivas das próprias crianças e que tensionam a desigualdade social, a miséria global, as injustiças de diversas ordens – como a geracional, levando em consideração a estruturação adultocêntrica do mundo – e as perspectivas normativas e universalistas advindas dos países de Norte global.

COORDENAÇÃO: DILTON RIBEIRO DO COUTO JUNIOR

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENFRENTANDO A HETERONORMATIVIDADE EM TEMPOS DE CIBERCULTURA



O Projeto apresenta como objetivo mais amplo investigar as práticas culturais juvenis mediadas por tecnologias digitais, cartografando estratégias de resistência ao regime heterocentrado. O Projeto apresenta cinco objetivos específicos, enumerados a seguir: 1) Conhecer o papel mediador das tecnologias digitais em rede na constituição de estratégias de resistência no enfrentamento ao regime heterocentrado; 2) Analisar a emergência de discursos LGBTQIA+fóbicos produzidos e compartilhados nas redes sociais da internet e que são dirigidos às/aos jovens que integram as chamadas minorias sociais, de gênero e étnico-raciais; 3) Propor estratégias para fomentar um amplo debate dentro (e fora) da escola que alerte para a necessidade de expor os limites e as contingências do regime heterocentrado; 4) Discutir o compromisso ético-político da educação no enfrentamento às diferentes formas de violências, principalmente aquelas direcionadas às/aos jovens das chamadas minorias sexuais; e 5) Pensar em estratégias para auxiliar na construção de uma educação antissexista, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica. A cartografia online será o método adotado porque se constitui como uma possibilidade de experimentação teórico-metodológica que convida o/a pesquisador/a a analisar os acontecimentos sociais no contexto das dinâmicas ciberculturais. O Projeto convida a olhar com mais atenção para as experiências sociais das/dos jovens que ousam cruzar as fronteiras de gênero e sexo, (re-)existindo por meio da participação em processos colaborativos/interativos com outras/os internautas. Ademais, essas práticas culturais juvenis envolvendo os marcadores de gênero e sexualidade, e que são mediadas por tecnologias digitais, trazem contribuições para o campo educacional no sentido de auxiliar na formulação de estratégias de resistência em prol do enfrentamento de práticas sexistas, LGBTQIA+fóbicas e racistas dentro e fora das escolas.

COORDENAÇÃO: LISANDRA OGG GOMES

POLÍTICA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS E PERSPECTIVAS SOCIAIS DO CUIDADO NA INFÂNCIA

O propósito deste projeto é articular infância, política e cuidado. A infância é compreendida como uma geração que se relaciona, sobretudo, com a dos adultos, porém a partir de uma condição de dependência, o que limita suas ações políticas, suscita uma cidadania secundária para a ação efetiva na sociedade e, por vezes, configura um cuidado que assume a forma de governança do outro. A política é entendida como o espaço de convivência entre diversos, mas iguais, que movimenta uma realidade em constante transformação, na busca pelo direito à liberdade de ser, falar e agir em favor do bem comum. Por sua vez, o cuidado tanto abarca um valor positivo, de sentido compartilhado por um coletivo que se importa com os outros, quanto assume uma dimensão conservadora, delegada a categorias subalternizadas como, por exemplo, crianças e mulheres. Assim, o objetivo principal da pesquisa é compreender como as crianças – de até 12 anos (com domínio da linguagem) – atuam e intervêm em seus contextos socioculturais, públicos e privados, visando a compreensão de suas agências políticas e suas percepções a respeito do

cuidado. Pretende-se trabalhar a partir das pesquisas desenvolvidas no grupo Território dos Estudos da Infância, fundamentadas em entrevistas, observações dos campos de investigação, levantamentos socioeconômicos e culturais, e teorias latino-americanas, bem como produzir livros e audiovisuais para crianças, de modo a popularizar as investigações. Além disso, serão estabelecidos intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais, sobretudo com o México e a Itália, países com os quais já existem parcerias, para difusão do conhecimento produzido, por meio da publicação de artigos em revistas, livros e/ou anais acadêmicos, assim como por meio de ações junto a escolas de educação básica.

COORDENAÇÃO: RITA RIBES PEREIRA

INFÂNCIA E ESCRITAS DE PESQUISA: CRIAÇÃO, MATERIALIDADES, LEITURAS

Este projeto tem por objetivo um estudo aprofundado sobre escritas de pesquisa no contexto do campo interdisciplinar dos estudos da infância. Há cerca de uma década o Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea, par e passo com os textos acadêmicos, vêm buscando outras formas de escrita para produção, comunicação e circulação dos resultados das pesquisas que realiza. Objetiva-se também a popularização da ciência de ampliação qualitativa do espectro de leitores e debatedores desses resultados. Almejamos buscar interlocutores em outras práticas da vida social e cultural e, com especial interesse, crianças. Em que medida é possível colocar em debate com crianças um conhecimento produzido com elas? Em que medida é possível convidar a sociedade em geral a perceber a presença das crianças no cotidiano? Temos fundamentado nossos caminhos num diálogo entre ciência e arte, desde a estesia que mobiliza a problematização da realidade social até a apresentação material das reflexões construídas. Reunimos até o momento X produtos construídos nessa perspectiva – livros, postais poéticos, almanaque e jogos. Esses produtos constituem o objeto de estudo central do projeto que aqui apresentamos. Num primeiro momento, nossos estudos estiveram voltados para a sua produção. Agora, empenha-se a tarefa de analisar materialmente essa produção e as histórias de sua circulação e retorno. Em termos teóricos, trata-se de uma análise sociológica, de abordagem bakhtiniana, para a qual toda produção humana é produção de linguagem e implica indissociavelmente autoria, materialidade das obras e interlocução ativa de quem se relaciona com elas. O objetivo deste projeto, portanto, implica a) uma avaliação sobre a produção desses materiais, b) uma análise formal dos materiais e c) um diálogo com interlocutores/leitores que acessaram esses materiais, grupo inicialmente formado por professores e pesquisadores que espontaneamente nos dão retorno de usos dessas obras – com adultos e com crianças – e que pretendemos ampliar.

COORDENAÇÃO: WALTER OMAR KOHAN

UMA PEDAGOGIA MENINA DA PERGUNTA: PRINCÍPIOS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

O presente projeto busca pensar a infância e a dimensão filosófico-política da tarefa de educar. Nele, concentramos nossos estudos numa pedagogia menina da pergunta, inspirados na relação de Paulo Freire com a infância e a reinvenção da politicidade da tarefa de educar afirmada pelo educador pernambucano. O projeto prevê consolidar um trabalho conceitual já iniciado, bem como o fortalecimento do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias (NEFI) através da produção de publicações (notadamente, artigos e livros), editoração de periódico científico internacional (childhood & philosophy, a formação de recursos humanos, em nível de graduação, pós-graduação e extensão, a organização de eventos internacionais e experiências de formação, virtuais e presenciais.

LINHA: “INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA”

COORDENAÇÃO: JOSÉ GONÇALVES GONDRA

PROJETO 1: DESCENTRALIZANDO AS CIÊNCIAS DA INFÂNCIA. PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRE GENEBRA E OS PAÍSES DO SUL (1919-1980) [2023-2027]

O objetivo deste projeto de pesquisa é examinar a produção, a circulação e a reapropriação das ciências da infância, conforme elas se desenvolveram entre a "Genebra internacional" e os países do Sul entre 1919 e 1980. Até agora, a historiografia tem se concentrado no surgimento e na institucionalização desse conhecimento no mundo ocidental, estudando como ele orientou as políticas educacionais em nível nacional ou local. A circulação transnacional de teorias, dispositivos e métodos, bem como seus vetores e mediadores, também tem sido objeto de vários estudos, principalmente na Europa e na América do Norte. No entanto, a pesquisa acadêmica tem dado pouca atenção ao papel que os países do Sul têm desempenhado nesses processos. Este projeto tem como objetivo preencher essa lacuna, favorecendo uma abordagem histórica global que esteja mais atenta a esses espaços e aos atores que surgiram a partir deles. Mais precisamente, ele propõe uma descentralização do olhar a fim de melhor esclarecer a complexa economia dos "regimes circulatórios" que foram estabelecidos em escala global em torno das ciências da infância, definidas aqui como os campos de conhecimento relacionados às teorias e concepções pedagógicas, políticas de escolarização e alfabetização, profissões de ensino e educação, bem como currículos e métodos.

PROJETO 1: Versão em Francês

DÉCENTRER LES SCIENCES DE L'ENFANCE. PRODUCTION, CIRCULATIONS ET

REAPPROPRIAÇÕES DE SAVOIRS ENTRE GENEVE ET LES PAYS DU SUD (1919-1980)

Ce projet de recherche a pour objectif d'examiner la production, les circulations et les réappropriations des sciences de l'enfance telles qu'elles se déploient entre la « Genève internationale » et les pays du Sud entre 1919 et 1980. L'historiographie s'est jusqu'ici focalisée sur l'émergence et l'institutionnalisation de ces savoirs dans le monde occidental, étudiant comment ils ont orienté les politiques éducatives à l'échelle nationale ou locale. Les circulations transnationales de théories, dispositifs et méthodes, ainsi que leurs vecteurs et médiateurs, ont aussi fait l'objet de nombreux travaux, portant notamment sur l'Europe et l'Amérique du Nord. Toutefois, la recherche académique s'est peu intéressée au rôle que les pays du Sud ont joué dans ces processus. Privilégiant une approche d'histoire globale plus attentive à ces espaces et aux acteurs qui en sont issus, ce projet souhaite combler cette lacune. Il propose plus précisément un décentrement du regard afin de mieux éclairer la complexe économie des « régimes circulatoires » qui se sont mis en place à l'échelle mondiale autour des sciences de l'enfance, définies ici comme les domaines de savoirs se rapportant aux théories et conceptions pédagogiques, aux politiques de scolarisation et d'alphabétisation, aux professions enseignantes et éducatives, ainsi qu'aux curricula et méthodes.

PROJETO 2: A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) – FASE V

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios.

COORDENAÇÃO: DENISE MEDINA DE ALMEIDA FRANÇA

PROJETO 1: ARQUIVO PESSOAL DA EDUCADORA MATEMÁTICA ESTELA KAUFMAN: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1960- 1990) - (2024-2027)

Este projeto será desenvolvido em parceria ao Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação Matemática (GHEMAT Brasil), que abarca grupos de pesquisa de mais de vinte estados brasileiros, visa buscar indícios, por meio do saber matemático presente em diferentes documentos selecionados no Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) que se localiza no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) durante o período de 1950 a 1980, de como foram produzidos, sistematizados e institucionalizados os saberes profissionais do professor que ensina matemática nos cursos da instituição. Para isso, levantaram-se os seguintes questionamentos: Que saberes são necessários para formar um docente que exerça sua profissão com competência? Que saberes matemáticos para ensinar produzidos pelos professores do ISERJ foram considerados como referência? Que temas foram abordados prioritariamente nos textos elaborados pelos experts? Quanto à abordagem teórico-metodológica, a pesquisa configura-se como de natureza histórica, a partir de elementos vindos da história cultural, mobilizando categorias de análise postas por Hofstetter e Valente (2017) como saberes profissionais, saberes objetivados, sistematização dos saberes e sua institucionalização. É esperado que por meio dessa análise histórica sobre os processos e dinâmicas adotadas na elaboração de saberes profissionais para ensinar, obtenha-se ampla contribuição para o ensino desses saberes nas séries iniciais atuais e na formação de professores.

PROJETO 2: UMA CARACTERIZAÇÃO DA MATEMÁTICA A ENSINAR E PARA ENSINAR EM PUBLICAÇÕES DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1980-1983) -FASE II (2025-2027)

O desenvolvimento da primeira fase do Projeto indicou a necessidade de aprofundamento, desta vez, focando nos saberes geométricos. O objetivo é buscar indícios, por meio do saber matemático presente nas publicações do LC, dirigidas as séries iniciais, de como foram produzidos, sistematizados e institucionalizados, no período estudado, os saberes profissionais referentes a geometria do professor que ensina matemática. Para tal, vale-se, sobretudo, de aparato teórico-metodológico no âmbito sócio-histórico, que mobiliza categorias de análise, como saberes profissionais, saberes a e para ensinar, saberes objetivados, sistematização dos saberes, institucionalização e expert. O projeto norteia-se pelas questões: que saberes geométricos para ensinar produzidos pelo LC foram considerados como referência? Que temas foram abordados prioritariamente nos textos elaborados pelos experts? A fim de discutir os saberes profissionais da docência e uma possível expertise dos elaboradores, adotamos como referencial

teórico-metodológico Hofstetter; Schneuwly; Freymond (2017), Hofstetter; Valente. (2017), Valente et al. (2020), e outros. Da análise e caracterização de saberes, pretendemos ainda identificar candidatos a experts no ensino de matemática do nosso estado. Como resultado, pretendemos por meio da análise histórica sobre os processos e dinâmicas adotadas na elaboração de saberes profissionais para ensinar, contribuir para o ensino desse saber nas séries iniciais atuais e na formação de professores. Além disso, fornecer subsídios para o diálogo com pesquisadores do Brasil e do Mundo, visto que, o Ghemat- UERJ- Grupo de pesquisa em história da educação matemática há muito adota a prática do trabalho coletivo, abarcando grupos de pesquisa de diferentes estados e universidades e assim alargando possibilidades de reflexão sobre a “história da educação matemática no Brasil”. Como representante do Rio de Janeiro, nosso estudo contribuí com elementos referentes a história da educação matemática em nosso estado.

COORDENAÇÃO: EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO

PROJETO 1: INTELLECTUAIS CATÓLICAS: EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICA NOS CAMINHOS DE LEGITIMAÇÃO, SABERES E MODOS FAZER DA CONDIÇÃO FEMININA (1920-1980)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as intelectuais católicas e seus modos de atuação e constituição como tal. Busca-se em bases ampliadas, analisar a presença feminina católica nos debates intelectuais no Brasil dos anos de 1920 a 1980, sua luta por um lugar de produção e reconhecimento intelectual, seus modos de ser e estar no campo intelectual e os modos pelos quais, seja individual ou coletivamente, elas se organizam e intervém na cena social, a partir do campo católico. Busca-se, ainda, analisar suas ações no entrecruzamento da educação, cultura e política, a fim de melhor compreender o alcance de suas ações e suas projeções no âmbito da esfera pública. O referencial teórico-metodológico está assentado na História Cultural e Intelectual e em estreito diálogo com o conceito de intelectual, de Jean-François Sirinelli e Gisèle Sapiro; intelectuais católicas de Florence Rochefort; campo, de Pierre Bourdieu; práticas e representações, de Roger Chartier, fundamentalmente. Os caminhos metodológicos passam pela apreensão dos seus modos de fazer-se intelectual, observando três principais frentes de atuação: as viagens empreendidas, a publicização de suas ideias pelas mídias impressas, mas não apenas, e as redes de sociabilidade empreendidas. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para supera uma lacuna no campo da História da Educação, onde o campo intelectual ainda aparece de forma predominantemente masculino, lançando luz a personagens que participaram muito ativamente dos acontecimentos do seu tempo mas que foram apagadas pela historiografia. Também espera-se que a pesquisa contribua para a desconstrução de um estereótipo feminino, sobretudo quando se trata de educação, ao colocar em discussão as condições de produção dessa noção acerca das mulheres.

PROJETO 2: MULHERES INTELLECTUAIS E RELIGIÃO: PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DE

SABERES ENTRE A NORMA E A RESISTÊNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SÉC. XX)

Esta pesquisa busca lançar luz para a presença e o papel exercido por mulheres intelectuais que atuaram fortemente no campo educacional, considerando suas relações com o campo religioso como constitutivas de um lugar de fala que lhes conferiu identidade. Busca-se, em bases ampliadas, analisar a presença feminina nos debates intelectuais no Brasil do século XX, notadamente no Rio de Janeiro, sua luta por um lugar de produção e reconhecimento intelectual, seus modos de ser e estar no campo intelectual e os modos pelos quais, seja individual ou coletivamente, elas se organizaram e intervieram na cena social, produzindo marcas, inclusive, no território. Busca-se, ainda, analisar suas ações no entrecruzamento da educação, cultura e política, a fim de melhor compreender o alcance de suas ações e suas projeções no âmbito da esfera pública. O referencial teórico-metodológico está assentado na História Cultural e Intelectual e na História das Mulheres. Os caminhos metodológicos passam pela apreensão dos seus modos de fazer-se intelectual, observando os seguintes pontos: formação, atuação profissional, redes de sociabilidade, projetos nos quais se engajaram e o que produziram a partir dos lugares que ocuparam buscando compreender melhor como construíram suas agências em diálogo com a norma ou em resistência a ela. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para superar uma lacuna no campo da História da Educação, onde o campo intelectual ainda aparece de forma predominantemente masculino, lançando luz a outras personagens que participaram muito ativamente dos acontecimentos do seu tempo, mas que foram apagadas pela historiografia, no caso, as mulheres. Também se espera que a pesquisa possa colocar em discussão os usos políticos da religião como condição de possibilidade para alguns sujeitos transitarem no espaço público, como constituição de um lugar de fala autorizado na cena pública e território de disputa pelo controle da população via educação.

COORDENAÇÃO: LIA CIOMAR FARIA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: PENSAMENTO CULTURAL E POLÍTICO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MAGISTÉRIO FLUMINENSE

O presente estudo busca identificar as marcas da construção educacional e social no processo de transição democrática brasileira, recuperando o cenário político da redemocratização. No caso em tela, o fio condutor será a formação cultural/acadêmica e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Desta forma, discutindo o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente. Ao analisar a participação de profissionais da educação na política e na cultura, o estudo pretende assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Logo, o projeto em tela se propõe a buscar vestígios do pensamento cultural e político que contribuíram para a formação da identidade do magistério fluminense e brasileiro.

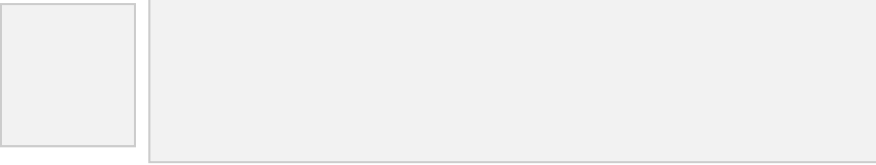
COORDENAÇÃO: **PAULA LEONARDI**

PROJETO 1: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de “monumentos” e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

PROJETO 2: MARCAS NA CIDADE: CULTURA VISUAL, CRISTIANISMO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A partir da constatação de retrocesso na laicidade brasileira apontado por Cunha (2023) e de dados do IBGE sobre avanço do neopentecostalismo no Brasil, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as várias maneiras como as igrejas cristãs e os fiéis socializam/educam/formam o olhar e a memória dos sujeitos que habitam a cidade a partir de símbolos e imagens. A hipótese desta investigação é apoiada nas indicações de Sanchis (1994) e Setton (2008) de que é preciso estudar a laicidade e o ensino religioso no âmbito de práticas e artefatos da cultura. Supõe que as religiões cristãs se espriam pela cidade, dentre outros meios, pela cultura visual, símbolos e imagens difundidos em diversos suportes e produzidos não apenas institucionalmente como também pelos fiéis. Religiões são espaços de construção de sentido, e as pessoas que aderem a ela produzem, transmitem, negociam e apreendem dispositivos físicos, mentais e intelectuais que contribuem na construção do mundo social (SETTON, 2008). Pretende-se compreender a produção, a difusão e a recepção de símbolos e imagens nas diferentes cidades de atuação dos



pesquisadores deste e nas diferentes faces do cristianismo, ainda que não consigamos cobrir todas as denominações. Edifícios, logo marcas, imagens em textos e imagens narradas, vídeos, postagens em redes sociais, artefatos, pichações, grafites e entrevistas estarão entre as fontes que serão coletadas de diferentes períodos históricos. A pesquisa parte de indagações do presente, inspira-se na filosofia da história de Walter Benjamin (1994) e no modo de fazer história de Carlo Ginzburg (1989). Acompanha reflexões da produção do conhecimento que considera o quanto monumentos da cultura podem transformar-se em monumentos da barbárie assim como ferramentas de transformação em momentos cristalizados de tensão, explodindo o continuum da história. Para apreendê-los, é preciso o fazer pesquisa em slow down, a qualidade da observação e da análise são o foco.

COORDENAÇÃO: SÔNIA CAMARA RANGEL

PROJETO 1: INELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940 (fase IV)

O projeto ambiciona investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em defesa de sua proteção, assistência e educação. A partir da constituição das redes objetiva-se mapear e analisar as iniciativas públicas e privadas que se constituíram na cidade do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa tecer uma malha assistencial às infâncias por meio da composição de uma cartografia das ações promovidas pelos intelectuais e pelas instituições dos campos médico e jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social visando promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos (re)constituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, o esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas a partir das quais as infâncias foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram e conformaram a organização de dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas, bem como captar as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1940. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delineado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em grande parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotaram à causa da infância pobre do que propriamente de iniciativas públicas. A segunda, que entre as décadas de 1920 a 1940, teria ocorrido o processo de judicialização das infâncias e de formulação de políticas assistenciais e protetivas

sob o predomínio do Estado tutelar.

PROJETO 2: POR UMA CARTOGRAFIA DAS INFÂNCIAS E SUA JUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1927 A 1990

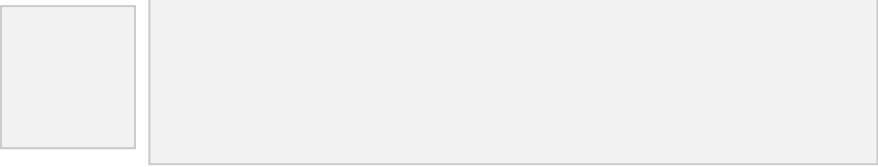
Em diálogo com os campos da História da Educação, da História Social e da Sociologia, esta proposta de pesquisa objetiva analisar a produção das leis protetivas às infâncias no Brasil. Para isto, considera-se a promulgação do Código de Menores de 1927, do Código de Menores de 1979 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, como marcos reguladores das relações sociais concernentes às infâncias e às famílias. Assim, tomamos estes documentos como pontos de inflexão a partir dos quais concepções, ideias e projetos foram debatidos, constituindo-se como referências para a produção de marcadores sociais envolvendo raça, gênero e classe e, por conseguinte, na definição de estratégias e aparatos tutelares voltados às infâncias pobres no Brasil. O ponto focal da análise busca compreender a relação entre as esferas pública e privada, em particular no que se refere a judicialização da infância e a ampliação do papel do Estado tutelar na regeneração/proteção/educação das crianças. A hipótese que mobiliza este estudo é que neste processo, setores da sociedade empenharam-se na montagem de um arcabouço jurídico-institucional direcionado a intervir sobre as infâncias empobrecidas e suas famílias. Nesse processo, ampliou-se a atuação do Estado como agência reguladora das relações sociais, aspecto que se considera plausível de ser observado nos momentos históricos demarcados neste estudo. Objetivando compreender os pontos de interseção, diálogos e embates entre as diferentes esferas de análise, utilizaremos como procedimento metodológico o mapeamento, cruzamento e problematização das fontes documentais como suportes de práticas sociais. Assim, busca-se aprofundar, em diálogo com a historiografia especializada, reflexões acerca dos debates jurídicos e das leis, bem como das instâncias responsáveis pela organização dos serviços e formulação das matrizes que conformaram as políticas de assistência e proteção às infâncias no país.

LINHA: “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

COORDENAÇÃO: ALICE CASIMIRO LOPES

POLÍTICAS DE CURRÍCULO E CULTURA

Por meio da teoria do discurso e da desconstrução derridiana, tenho atuado na luta política tentando desconstruir hegemonias curriculares, desestabilizar estruturas fixadas, universalizadas e universalizantes, que visam a um suposto “projeto perfeito e redentor” de currículo e, por conseguinte, de educação, capaz de incluir a todos sem conflitos. Como parte deste trabalho teórico-estratégico, busco problematizar o discurso de que um universal igual para todos possa ser alcançado ou mesmo que seja desejável. Defendo que tal universal é sempre a representação de um particular que só pode se universalizar por meio de uma decisão (de um poder de decidir) que se faz em nome do outro, no lugar do outro, e busca controlar o



processo de representação desse outro inserindo-o na mesmidade universalizante. As noções de investimento radical, normatividade vazia e as relações entre particular e universal, construídas em diálogo com Ernesto Laclau, bem como as noções de político, política e hiperpolitização de Chantal Mouffe tornam-se muito importantes para teorizar sobre a política de currículo nessa perspectiva. Tendo em vista essa abordagem mais geral, o grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Cultura (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/34701) tem se dedicado a investigar de processos de “implementação” de propostas curriculares centralizadas, com destaque para aquelas dirigidas ao nível médio de ensino. Vêm sendo focos de pesquisa: quais leituras vêm sendo feitas visando modificar a organização curricular; qual a relação que vem sendo estabelecida com as comunidades disciplinares; quais possibilidades são forjadas para que o diferir, associado à contextualização radical e à tradução, não seja bloqueado; quais bloqueios do diferir permanecem operando; como redes políticas, no sentido de Stephen Ball, de produção curricular vêm operando na tentativa de produzir sentidos nas políticas. Simultaneamente, são investigadas questões teóricas relativas à tradução em Derrida e à contingência em Laclau nas políticas de currículo, em tempos de pós-verdade e de lutas contra o ultraconservadorismo, buscando questionar dicotomias e essencialismos associados tanto à noção de antagonismo quanto à noção de resistência.

COORDENAÇÃO: ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO

CURRÍCULO, CULTURA E DIFERENÇA

O grupo desenvolve estudos sobre teoria do currículo, assim como sobre política curricular, amplamente entendida como políticas públicas promulgadas pelo Estado e nas escolas. Opera com inflexão pós-estrutural, dialogando com Stephen Ball, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Homi Bhabha, bem como com Jacques Derrida. Em termos gerais, a política tem sido entendida como processos de significação que também produzem o contexto em que acontecem. Nesse sentido, os discursos políticos são assumidos, como sugere Brown, como uma normatividade performativa ou uma forma de governo com efeitos imprevisíveis. Os projetos desenvolvidos recentemente no grupo têm a ver, principalmente, com o fato de que, em 2017, o governo brasileiro ter exarado um currículo nacional obrigatório para também subsidiar testagens centralizadas em todo o país. Em quatro movimentos distintos, o grupo tem: (a) mapeado as redes das demandas em ação nesse processo, principalmente preocupadas com o crescimento de demandas conservadoras; (b) mapeado as redes ao longo das implementações em curso do currículo nacional ocorrendo nos níveis estaduais, especialmente a atuação da edubusiness durante esses processos; (c) refletido sobre os efeitos das políticas educacionais nacionais sobre as subjetividades de alunos e professores; e (d) trabalhado em colaboração com as burocracias estaduais, escolas e professores para produzir políticas públicas localizadas.

COORDENAÇÃO: HUGO HELENO CAMILO COSTA

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, DISCURSO E CONHECIMENTO: O CASO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Neste projeto abordamos as políticas de currículo para a Educação Básica, com foco especial no Novo Ensino Médio (NEM) em suas relações com a política da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Temos dado maior atenção aos sentidos de integração curricular envolvidos nas ideias de ensino por áreas do conhecimento e itinerários formativos, bem como nas críticas relacionadas à organização curricular por disciplinas. Buscamos compreender como os discursos favoráveis e contrários às disciplinas tem disputado, por meio de nomes como o conhecimento, a definição de políticas públicas de currículo. No âmbito do NECSUS (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/779441>) tem sido desenvolvidas pesquisas sobre as políticas curriculares para distintas disciplinas, envolvendo contribuições do pensamento da desconstrução, de Jacques Derrida, e do pensamento pós-funcional, de Laclau, para o aprofundamento da compreensão da política curricular, com especial atenção às interpretações sobre o que é conhecer/conhecimento, sujeito educado, finalidades sociais da educação, entre outras perspectivas que circulam na política. Tais investigações têm sido dinamizadas através de concepções como discurso, tradução, diferença, hegemonia, sujeito e contexto, com o objetivo de pensar a política curricular como texto mais amplo, sob contínua tradução, irrestrito a documentos considerados “oficiais”. Empiricamente, temos abordado: propostas curriculares nacionais, estaduais e locais, produções qualificadas (tais como artigos e capítulos de livros), bem como outras produções que possam estar relacionadas às discussões associadas à BNCC.

COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: INVESTIGANDO POLÍTICAS CURRICULARES TERRITORIAIS DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO.

Esse projeto tem como objeto de estudo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e objetiva analisar como se efetivam na proposição de políticas-práticas curriculares duas das diretrizes do Compromisso (art. 4, inciso I e II) que são: o reconhecimento da autonomia dos entes federativos e do papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação na realização das políticas públicas de educação básica. Numa análise preliminar, observa-se como central na proposição do Compromisso a ideia de protagonismo docente e das redes públicas no desenvolvimento de políticas curriculares próprias de alfabetização e formação de alfabetizadores, alinhado ao conceito de território, mobilizado na indicação de políticas territoriais estaduais de alfabetização e formação. A tomada da ideia de territorialidade é acionada associada à promoção de equidade e justiça social. Observa-se que a ideia de território põe em disputa sua própria significação em meio aos jogos de poder nele encenados e discutir essa ideia, na tensão com uma perspectiva de diferença que, se subsumida numa ideia de igualdade implica em homogeneização, mobiliza os esforços analíticos propostos nessa pesquisa. Assim, busca-se

discutir a questão emergente no campo que discute a ideia de justiça curricular. Tais questões de pesquisa se desenvolvem assentada numa perspectiva discursiva pós-estrutural acerca de um entendimento do currículo. Nesse registro teórico considera-se a produção de políticas curriculares uma luta por significação que se dá nos consensos parciais, nas contingencialidades e nas operações hegemônicas constitutivas dos modos de pensar-fazer o currículo. Portanto, o presente projeto visa acompanhar a feitura da política que, em sua proposição, destaca o protagonismo docente e o incentivo à multiplicidade de propostas, tantas quanto possíveis de serem gestadas em contextos diferentes e aí entendendo que essas diferenças não serão subsumidas/submetidas à uma política unitária generalizante.

Palavras-chave: políticas curriculares; discurso; diferença; alfabetização; infância; formação; justiça curricular

COORDENAÇÃO: ROSANNE EVANGELISTA DIAS

DEMANDAS E PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CURRÍCULOS PARA A DOCÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Esta investigação aborda a produção de políticas de currículo para a docência na escola básica no espaço da América Latina e do Caribe no âmbito da Agenda Educação 2030 da ONU. Pretendemos compreender as relações que vêm se constituindo na região em torno do currículo para a formação e o trabalho docente, considerando as trajetórias, o protagonismo de sujeitos políticos, de organizações governamentais e não-governamentais constituídas em processos de articulação na luta por demandas em redes políticas. Salientamos as demandas apresentadas, significadas e disputadas na América Latina e Caribe considerando a importância dessa região para maior compreensão das condições, singularidades, tradições, projetos, perspectivas, processos de regulação para o desenvolvimento curricular para a docência da escola básica, como também a ainda escassa produção de análises no campo do currículo e da docência sobre esse importante espaço político. Orientamos a investigação pela Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e colaboradores dessa abordagem discursiva e as redes de política de Stephen Ball para problematizar essa produção curricular, analisando em especial as demandas produzidas, os processos de articulação discursivos e as lutas pela significação que vêm sendo encaminhadas nas suas múltiplas e complexas negociações. Compreendemos a relevância das investigações que pretendem avançar nas análises sobre a produção de políticas de currículo para a docência no Brasil e na região da América Latina e do Caribe pensando as interconexões e resultados dessas políticas tanto nas suas convergências como na sua diferenças e intentamos aprofundar o conhecimento teórico-estratégico sobre as políticas de currículo.

COORDENAÇÃO: TALITA VIDAL PEREIRA

CONHECIMENTO, CURRÍCULO & AVALIAÇÃO

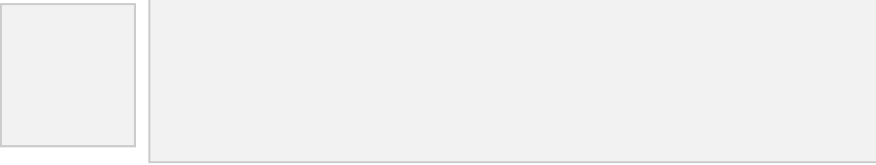
Os estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Conhecimento, Currículo & Avaliação (ConCAva) tomam como foco as articulações entre conhecimento, currículo e avaliação, com a compreensão que elas carregam sentidos realistas de conhecimento que legitimam as tomadas de decisão na realização do trabalho docente. São reflexões realizadas a partir da apropriação de aportes discursivos pós-estruturais e pós-fundacionais, e se justificam na medida em que é preciso tensionar as certezas sobre a educação, o conhecimento, o currículo e a avaliação articulados com a expectativa de que é possível formar identidades idealizadas dotadas de conhecimentos capazes de garantir a todos algo que seria comum e universal. Grande parte dessas certezas se sustentam em sentidos realistas e essencialistas de conhecimento, que, por sua vez, favorecem uma compreensão linear de formação/escolarização que articula conhecimento-currículo e avaliação, alimentando expectativas sobre a possibilidade de formação de identidades docentes e discentes ideais projetadas como resultado da formação. Essas expectativas acabam por legitimar processos de exclusão de muitos, pois a fantasia (Glynos; Howarth, 2018) de que é possível e desejável formar um sujeito idealizado produz efeitos sobre a formação, por vezes favorecendo e justificando a exclusão daqueles que não se enquadram naquilo que foi estabelecido como melhor. Fantasia que Ostermann (2019) entende como cenário imaginário acionado de forma a fornecer um tipo de suporte positivo para o preenchimento da lacuna constitutiva do sujeito. Dessa perspectiva, o argumento que orienta as investigações é que essas expectativas idealizadas produzem efeitos significativos na organização curricular, nas práticas docentes, que podem favorecer processos de exclusão nos diferentes contextos de escolarização. No caso do ensino superior, a retenção/evasão dos graduandos. O argumento parte da compreensão de que é recorrente a circulação de um discurso em que o estudante ingressante é sempre um sujeito de falta. Uma identidade que não detém os conhecimentos e competências básicas, tanto cognitivas, quanto socioemocionais, que os qualifiquem para ocupar lugar nos cursos de graduação.

LINHA: “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA LIMA DA SILVA

SEMENTES DE ÉBANO: MULHERES NEGRAS, REDES DE SOLIDARIEDADE E RESPEITABILIDADE [2025-2028]

O projeto busca dar visibilidade às existências de mulheres negras na diáspora, em seus múltiplos papéis no interior das famílias: filhas, mães, esposas, tias, cunhadas, madrinhas, avós. Procura analisar a importância de reconhecer as trajetórias das mulheres negras e alertar sobre a necessidade de compreendê-las desde o paradigma da pluralidade e das subjetividades múltiplas, mas sem perder o caráter coletivo e comprometido dessas existências pedagógicas e transgressoras. Compreende o desejo por pertencimento e respeitabilidade como cruciais na luta contra o silenciamento e o pagamento histórico



dessas sujeitas. A partir da revisão bibliográfica e do cruzamento com fontes diversas, tais como textos literários, periódicos, relatos orais, biografias, memórias, registros civis e eclesiásticos, fotografias e outros registros imagéticos, o projeto procura problematizar os significados da maior visibilidade dada às trajetórias individuais e biografias de homens negros nos estudos históricos. Procura também, interrogar os silenciamentos produzidos em relação às mulheres negras na produção historiográfica, e também, na produção didática, paradidática e audiovisual. Compreende a família negra de forma ampliada, como uma comunidade de afeto e solidariedade. O projeto defende a preservação da família como um legado e a busca por respeitabilidade foi parte do movimento de consolidação da liberdade.

COORDENAÇÃO: FERNANDO POCAHY

EDUCAÇÃO PARA A VIDA LONGEVA: (DES)ARTICULAÇÕES NA DIFERENÇA

A pesquisa em tela busca compreender como determinadas redes enunciativas articuladas à produção da vida longa evocam e/ou situam o campo educacional (e os seus significantes) como tecnologia de governo. Partimos da premissa de que as proposições e recomendações globais para o envelhecimento (ativo e saudável) não encontrariam pronta correspondência nas traduções culturais e aplicações geopolíticas que orientam, uma vez verificadas as condições da vida social de cada lugar (país, região, cidade) e marcadores de diferença (particularmente gênero, raça e sexualidade) entre suas populações. Para analisar a (nova) economia política da verdade e o estatuto social, político, científico e cultural do envelhecimento e da velhice, apoiamo-nos em cartografias de fluxos enunciativos (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e na genealogia das práticas discursivas e modos de (auto-)constituição dos sujeitos (FOUCAULT, 2001). A partir dessa perspectiva ético-epistemológica associamo-nos a movimentos pós-críticos na educação (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; LOPES, 2013; MEYER PARAÍSO, 2014) em problematizações sobre as relações de poder, diferença e performatividade (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; MACEDO, 2006). Com essa finalidade a pesquisa engendra três entradas de problematização: [1] estudo documental em torno das encomendas produzidas a partir dos enunciados globais e suas traduções, pactuações ou recusas e negociações locais; [2]: um estudo sobre cotidianos, práticas educativas e sociabilidades (inter-intra)geracionais; e, por fim, [3] um estudo em síntese crítico-narrativa de correspondência entre os resultados dos estudos [1 e 2], refletindo as condições e as possibilidades de tais redes discursivas no campo educacional e seus efeitos de subjetivação para a(s) vida(s) longa(s). O espectro empírico inclui rastros e vestígios (i/materiais) da circulação de tais linhas enunciativas, atento à dimensão contexto-dependente (MEYER, 2014) e interseccional (BILGE, 2007; AKOTIRENE, 2019) do campo-tema da pesquisa. O plano de trabalho está alinhado social, cultural e politicamente aos esforços acadêmicos, governamentais e associativos mobilizados frente às urgências de um estado-nação que se (a)firma idoso e, com isso e por conta disso, convocado a educar sua população (ou apenas parte dela) para a longevidade.

COORDENAÇÃO: GABRIEL SIQUEIRA CORRÊA

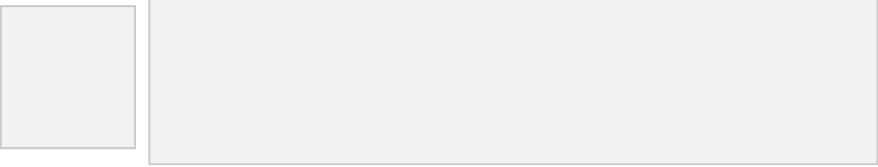
FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DISPUTAS, PRÁTICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/08 NAS LICENCIATURAS DA UERJ

O projeto analisa a implementação da Lei 11.645/08 nas licenciaturas em Pedagogia, História e Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a Educação das Relações Étnico-Raciais como resultado histórico das lutas do Movimento Negro e como campo de disputas curriculares, epistemológicas e políticas no ensino superior. A pesquisa investiga de que modo a educação antirracista vem sendo incorporada à formação docente por meio dos currículos, ementas, grupos de pesquisa, políticas institucionais e práticas acadêmicas desenvolvidas nos cursos analisados. Fundamentado em uma perspectiva interseccional e decolonial, o estudo articula debates sobre currículo, relações raciais, representação, espaço e formação de professores, tomando a raça como elemento estruturante das desigualdades educacionais brasileiras e das formas de produção e legitimação do conhecimento. A partir de análise documental, mapeamento institucional e entrevistas semiestruturadas, a investigação busca identificar limites, avanços, tensões e processos de institucionalização da temática étnico-racial nas licenciaturas, evidenciando como a universidade incorpora, traduz ou tensiona as demandas da educação antirracista. Ao final, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento das políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e para a consolidação de práticas formativas comprometidas com a justiça racial e a transformação social.

COORDENAÇÃO: JANAÍNA MOREIRA PACHECO DE SOUZA

FLUXOS MIGRATÓRIOS E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE PRÁTICAS INCLUSIVAS E O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Em um contexto marcado pela intensificação das migrações contemporâneas e pela crescente diversidade linguística e cultural presente nas escolas públicas brasileiras (Souza, 2019), torna-se fundamental repensar os processos de inclusão escolar de sujeitos oriundos de fluxos migratórios. Parte-se do pressuposto de que a escolarização demanda práticas que ultrapassem a dimensão normativa da língua, considerando experiências, repertórios e trajetórias. Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo investigar os processos de inclusão escolar de crianças e/ou adultos migrantes, tomando o português como língua de acolhimento (PLAc) como eixo central de análise. Busca-se compreender de que modo essa perspectiva pode contribuir para a (re)construção de práticas educativas que contribuem para os processos de aprendizagem. Para fundamentar tais questões, o estudo fundamenta-se nas concepções de PLAc (GROSSO, 2008, 2010; ANÇÃ, 2005), em diálogo com a noção de acolhimento entre línguas (BIZON; CAMARGO, 2018) e com a perspectiva do atravessamento de fronteiras linguísticas e culturais (MIGNOLO, 2013), o que implica a necessidade de refletir sobre práticas



pedagógicas em contextos de diversidade. No campo das políticas linguísticas, o projeto dialoga com Maher (2013), Orlandi (2007) e Bizon e Camargo (2018), com o propósito de tensionar a matriz colonial do poder (QUIJANO, 2005), historicamente responsável pela hierarquização de línguas e saberes. Incorpora-se, ainda, a perspectiva dos estudos interseccionais, conforme Collins (2021, 2022) e Akotirene (2018), compreendendo que marcadores como raça, gênero, classe e nacionalidade atravessam as experiências escolares de migrantes, produzindo desigualdades e fracasso escolar. A pesquisa direciona-se a pesquisadoras e pesquisadores interessadas (os) nos diálogos entre educação, diversidade e processos migratórios, reforçando a urgência de (re)pensar modos de ensino (para) e de aprendizagem dessas pessoas numa perspectiva não padronizada, atenta às múltiplas dimensões que constituem esses sujeitos.

COORDENAÇÃO: MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA À EDUCAÇÃO DOMICILIAR: QUANTO DE PASSADO NO PRESENTE?

O Projeto tem como problema de pesquisa a análise das circunstâncias que envolviam e como ocorriam as práticas de educação doméstica no Rio de Janeiro oitocentista que, progressivamente, foram sendo substituídas pela escola instituída, tornando hegemônico o processo de escolarização. Complementando a questão problema, examina-se o movimento inverso, um século depois da supremacia incontestável da escola, quando sua exclusividade começa a ser questionada e a educação doméstica volta a ser pensada como uma modalidade instituída de educação, como pretendem algumas famílias adeptas da “educação domiciliar”, modalidade que tem conquistado seguidores, espaço na mídia e defensores para a sua regulamentação por meio de uma Legislação aprovada no Parlamento brasileiro. Diante desse contexto, a pesquisa pretende evidenciar o quanto de passado a educação domiciliar possui das práticas de educação doméstica realizadas no oitocentos, em suas motivações, escolhas, práticas, manuais, comportamentos, perspectivas, receios, autonomia e divergências em relação ao poder público e ao sistema instituído. Para tanto, ressalta-se o diálogo com o referencial teórico de Reinhart Koselleck (2014; 2020), para quem os conceitos partem de experiências antecedentes e se desprendem delas incorporando outras, em um constante ir e vir de expectativas, sobrepondo-se passado e presente. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental, que abrange um repertório diversificado de fontes, destacando-se periódicos, relatórios oficiais, literatura da época, egodocumentos, registros de viajantes etc., buscando argumentos em defesa da escolarização e ressignificações entre passado e presente. Como resultados obtidos, o Projeto tenciona contribuir não apenas para estudos no campo da história da educação, mas trazer elementos para discussão atual, na qual a educação doméstica, “reconceituada”, volta ao debate evidenciando seus limites como uma modalidade de ensino.

COORDENAÇÃO: STELA GUEDES CAPUTO

FOTOETNOGRAFIA MIÚDA: ETNOGRAFIAS, INTERSECCIONALIDADES E AUDIOVISUALIDADES NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS

Em nenhuma outra época se fotografou tanto e tantas fotografias circularam. Ainda que possamos ter a impressão de que tudo já foi dito sobre esse dispositivo que fabrica imagens, talvez, justamente por isso, por vivermos em um momento em que a fotografia digital está em toda parte e desterritorializada (Fontcuberta, 2015) é que devemos pensar ainda mais sobre ela. Embora as imagens sejam velhas conhecidas da antropologia, a produção teórico-metodológica das pesquisas como registro técnico de imagem é mais recente (Mathias, 2016). Porém, quanto mais comuns forem os usos de fotografias, filmes e outras imagens nas pesquisas, maior o desafio de pensá-los, inclusive na Educação, e nos Estudos da Infância, já que a fotoetnografia (Achutti, 2004) também não é exclusiva da antropologia. As imagens são conhecimentos que envolvem disputas, dominações, enfrentamentos, resistências, produções de linguagens, narrativas. Mas a preocupação com a produção fotográfica nas pesquisas com crianças, na maioria das vezes, fica limitada a exigência e, portanto, obtenção do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido) para que as pesquisas sejam aprovadas pelos Conselhos de Ética. Os documentos são fundamentais, mas a realização de uma fotografia (também em nossas pesquisas) é uma decisão alimentada por inúmeros detalhes e escolhas éticas e estéticas sequer cogitados. Por exemplo: por que fotografamos? Quem escolhemos fotografar? Quem está ausente das fotografias? O que entra no foco? Como compomos a imagem? Qual a posição da pesquisadora ou do pesquisador no momento da fotografia? Porque e como editamos as fotografias? Qual o destino de nossos acervos fotográficos e fílmicos produzidos nas pesquisas? Cada pequena decisão é estética, ética, portanto, política e epistemológica. Para nós que pesquisamos com crianças, fotografar, filmar, editar, expor, compartilhar, é cada vez mais frequente. Se é assim, a reflexão de como lidamos com essa profícua produção de imagens e suas circulações, também precisa avançar, ser mais frequente e profunda. É com as crianças, portanto, que buscamos fazer o que chamamos de Fotoetnografia Miúda (Caputo, 2018). Uma etnografia que sente, subjetiva, interpreta, experencia, compartilha as culturas infantis (Sarmiento, 2007) com as fotografias e filmes produzidos com elas. Bateson (2018) disse que, no decorrer de sua existência colocou as descrições de tijolos, de jarras e de bolas de sinuca, numa caixinha e, ali, deixou-as repousar em paz. Numa outra caixa, diz ter colocado coisas vivas como os caranguejos do mar, os homens e as questões de diferença. “Colocarei, assim, as imagens (todas as imagens) ao lado dos caranguejos do mar e das borboletas, isto é, na caixa das coisas vivas. São elas que a mim interessam.”, completa o autor. O objetivo desse projeto, que desenvolvo no Grupo de Pesquisa Kékeré, é pensar fotografia e imagem como coisas vivas. É também pensar, na interseccionalidade, como as fotografias e filmes fazem viver nossas pesquisas com crianças. As pesquisas que desenvolvo, são praticadas nos terreiros brasileiros, ouvindo as crianças de terreiros (Caputo, 2012) como protagonistas. Mas o projeto atual não toma as crianças de terreiros como exclusivas, pois queremos pensar os desafios



éticos e estéticos em qualquer pesquisa que use a fotografia como linguagem.

COORDENAÇÃO: VIRGINIA LOUZADA

A ENTRADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): O CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Avaliação, Infâncias e Interseccionalidades (GEPPAII) atua com projetos de pesquisa sobre avaliação na/da educação infantil (EI), a saber: a) avaliação na EI, que diz respeito à relação que se estabelece entre professores/as e crianças – nomeada como avaliação da aprendizagem; b) avaliação da EI, sobre a perspectiva macro, políticas de avaliação pensadas para a primeira etapa da educação básica – entre elas a avaliação de contexto; c) avaliação institucional participativa – baseada em princípios como gestão democrática, qualidade negociada e qualidade social. Conta com a participação de pesquisadores/as e instituições de ensino superior e educação básica. O projeto acompanha os efeitos da entrada da educação infantil no sistema nacional de avaliação a partir da rede pública municipal de educação carioca. Neste sentido, em diálogo com o projeto, objetiva-se orientar, preferencialmente, pesquisas de mestrado e doutorado que tenham como temática sistemas de avaliação para a educação infantil em redes públicas municipais, a relação que se estabelece entre professores/as e demais atores que atuam no cotidiano das escolas, professores/as e crianças desta faixa etária em diálogo com diferentes interseccionalidades – gênero, raça, classe social, entre outras – e as avaliações formais e informais. Estudos e pesquisas das áreas da avaliação educacional, infâncias e juventudes compõem o referencial teórico utilizado. Pretende-se, desta forma, contribuir para o debate sobre a qualidade de uma educação pública socialmente referenciada para crianças e jovens das classes populares a partir das pesquisas realizadas pelo grupo.